

Atena
Editora
Ano 2022




Elaboração de Projetos de Pesquisa nas
**CIÊNCIAS SOCIAIS
APLICADAS**

Simão Ternoski




Elaboração de Projetos de Pesquisa nas

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo do texto e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do autor, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos ao autor, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Elaboração de projetos de pesquisa nas ciências sociais aplicadas

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: O autor
Autor: Simão Ternoski

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T321 Ternoski, Simão
Elaboração de projetos de pesquisa nas ciências sociais aplicadas / Simão Ternoski. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0195-7
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.957221306>

1. Ciências sociais. I. Ternoski, Simão. II. Título.
CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DO AUTOR

O autor desta obra: 1. Atesta não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao texto publicado; 2. Declara que participou ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certifica que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirma a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhece ter informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autoriza a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



PREFÁCIO

Ao escrever este livro, o grande propósito é apresentar um material que permita a compreensão básica a respeito da elaboração de projetos de pesquisa científica. Grande parte do conhecimento repassado foi construído a partir de notas de aulas do autor como discente no programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, bem como no uso de material e nas experiências vividas em sala de aula na disciplina de Técnicas e Métodos de Pesquisa em Economia, e de Técnicas de Pesquisa e Extensão em Economia, ambas do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO.

A vivência acadêmica e as experiências citadas nos dois cursos, tanto como discente quanto como docente, permitem entender sobre a necessidade de um material que esclareça dúvidas gerais na elaboração e proposição de um projeto de pesquisa científica que, frequentemente, é solicitado nas diferentes instituições de ensino como um primeiro passo para a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso ou então na elaboração de artigos científicos.

Este livro, em momento algum pretende se tornar exaustivo no detalhamento do método científico. O autor entende que o debate a respeito do método e da ciência é muito vasto e não cabe, num material com objetivo prático, esmiuçar os métodos. O que se visa é oferecer condições de direcionar e estruturar os projetos de pesquisa. Nesta vastidão do conhecimento são pontuados alguns itens mais relevantes, instigando o leitor a dedicar-se às pesquisas.

Em todos os capítulos são propostas novas investigações, desafiando o leitor a ir além em seus estudos sobre as temáticas abordadas pontualmente. O livro aqui apresentado é a primeira parte do material produzido. Uma compreensão mais aprofundada de alguns temas requer a consulta ao segundo volume (Livro intitulado “A Pesquisa Quantitativa e Qualitativa nas Ciências Sociais Aplicadas”, também publicado pela editora Atena). O objetivo, nesta primeira parte, é esclarecer a formulação de um projeto de pesquisa. O segundo livro citado avança no detalhamento da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa, visto que no primeiro livro esta discussão é apresentada em linhas gerais.

Para uma melhor contextualização este material está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo faz uma reflexão geral a respeito do conhecimento científico, são expostas as principais correntes de pensamento, permitindo o entendimento e, ao mesmo tempo, a sensação de pertencimento a uma das correntes que determinarão os rumos da pesquisa. Na sequência, ainda no primeiro capítulo, uma discussão de multidisciplinariedade é apresentada. Pensar o conhecimento é entender que, de forma nenhuma, o pesquisador fecha-se em um mundo dominado por um único saber ou uma única disciplina. O

conhecimento é amplo e envolve a relação de todas as ciências. Abrir a mente e aceitar as múltiplas relações entre as áreas de pensamento é avançar na erudição e isso é a multidisciplinariedade.

A segunda parte do livro é uma espécie de manual de bolso, são apresentadas as etapas para a formulação e elaboração de um projeto de pesquisa científica. O autor entende que na elaboração de um projeto são necessários inúmeros outros itens que aqui não estão contemplados. É exatamente esta a intensão. Muitos são os cursos e cada instituição apresenta exigências próprias para o formato dos projetos, o propósito não é descrever, detalhadamente, todos os itens, mas auxiliar, de maneira geral, a se pensar um projeto de pesquisa.

Ao chegar ao capítulo III espera-se que o leitor já tenha a compreensão das correntes que norteiam o conhecimento científico e já visualize um esboço do projeto de pesquisa que pretende apresentar. Com o projeto de pesquisa em rascunho o capítulo III auxiliará na classificação da pesquisa dentre as inúmeras possibilidades.

Uma classificação inicial sobre as áreas do conhecimento permite o enquadramento da pesquisa em uma delas. Na sequência, a classificação conforme a finalidade e, posteriormente, em relação aos objetivos, é apresentada. Seguindo a classificação a pesquisa pode ser enquadrada segundo os métodos empregados e nesta classificação são apresentadas as características gerais da pesquisa qualitativa e quantitativa. Por fim, o leitor encontra, de maneira sucinta, as principais técnicas de coleta de dados, entendendo que esta técnica depende da delimitação da pesquisa.

No entender do autor, o material permite a elaboração de um projeto básico de pesquisa. Ao final da leitura, espera-se que o pesquisador tenha encontrado as ferramentas suficientes para elaborar um projeto de pesquisa que contenha um direcionamento para o foco que pretende e, ao mesmo tempo, defina o ajustamento da pesquisa, apresentando dentre as muitas ferramentas aquela que mais se adapte ao seu objeto.

Boa leitura, e o desejo é que todos sejam despertados para este mundo fascinante do conhecimento científico.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O CONHECIMENTO CIENTÍFICO	
As correntes de pensamento.....	3
O Positivismo lógico.....	3
O método indutivo, dedutivo e hipotético dedutivo.....	4
Estruturalismo.....	5
Materialismo dialético.....	6
A interdisciplinaridade.....	6
As facetas da formação interdisciplinar.....	9
CAPÍTULO 2	11
A PESQUISA E O PROJETO DE PESQUISA	
Elaborando o projeto de pesquisa.....	11
Capa.....	14
Folha de rosto.....	15
Elaboração do sumário.....	16
A introdução do projeto de pesquisa.....	19
Delimitação do problema de pesquisa.....	20
Hipótese.....	21
O objetivo geral, específicos e justificativa.....	24
A metodologia.....	25
O Referencial teórico.....	26
As técnicas de leitura para elaboração do referencial.....	27
A citação do material consultado.....	28
O Cronograma do Projeto.....	31
O referencial.....	32
A formatação do projeto de pesquisa.....	34
Elementos do Projeto de Pesquisa.....	37
CAPÍTULO 3	38
CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS	
Classificação conforme a Área do Conhecimento.....	38

A classificação das pesquisas segundo a finalidade	41
A classificação a partir dos objetivos gerais da pesquisa	41
Classificação segundo os métodos	43
As técnicas de coleta de dados	46
A pesquisa bibliográfica.....	47
A pesquisa documental	47
A pesquisa experimental	48
As pesquisas de levantamento (survey)	48
O estudo de caso	49
A pesquisa-ação	50
A pesquisa etnográfica	50
Para além dos métodos deste livro.....	51
A coleta de dados	51
CONSIDERAÇÕES DO AUTOR.....	53
REFERÊNCIAS	54
SOBRE O AUTOR.....	56

CAPÍTULO 1

O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

A reflexão em torno de um saber científico é rodeada de dúvidas e questionamentos. Ternoski (2013b) estabelece uma linha de pensamento sobre o conhecimento como fruto de verdades temporárias, inexistindo as verdades absolutas, ao afirmar que elas surgem a partir dos interesses do meio social.

A produção do conhecimento, para Bocchi (2004) envolve a complexidade exigindo do pesquisador a escolha, dentre muitas correntes de pensamento, daquela que se ajusta aos seus interesses. É fato, segundo o autor, a existência de uma crise de paradigmas que conduzem às teorias. Os paradigmas, na visão de Popper (2007), são propostos e refutados, as novas teorias surgem através de paradigmas estabelecidos, a refutação leva consequentemente a quebra de uma teoria.

É neste aspecto da criação de paradigmas que Ternoski (2013b) discute e fundamenta a fragilidade das verdades, enfatizando que elas são criadas a partir de ideologias ou até mesmo de consenso. Verdades são falíveis e passíveis de serem refutadas, enfatizando o exposto por Popper (2007) que afirma que uma verdade só se constitui em verdade no momento que pode ser colocada à prova, não sendo passível de refutação.

O pesquisador pauta, acima de tudo, segundo Bocchi (2004), linhas de pesquisa que levam tanto a sua realização pessoal como também geram efeitos práticos, tendo a certeza que encontra frustrações e desafios pelo caminho, mas que é conduzido ao aprimoramento dos conhecimentos. Sustenta, ainda, a relação entre a produção do conhecimento e o meio social, enfatizando que o conhecimento surge não só do contexto, mas também de experiências passadas gravadas geneticamente no indivíduo.

O cientista, muitas vezes, acredita que sua investigação é a única verdade inquestionável. Um pesquisador que não consegue romper esta barreira simplesmente tem a investigação iniciada já com os resultados prontos. Quanto mais conhece de si, mais se predispõe a melhor direcionar os resultados.

O fundamento da ciência, para Morin (2010), é questionar, não é proposta abarcar todos os fatos. O que não se pode fazer é perder de vista o todo, de modo que o conhecimento do pesquisador é apenas uma parte do todo. Neste fundamento de construir o conhecimento científico as afirmações de Popper (2007) são retomadas, entendendo que um conhecimento só se constitui como científico quando se pode submeter a testes para verificar sua consistência.

Para Morin os avanços da ciência conduzem ao obscurismo. Quanto mais se conhece, mais se questiona. Os cientistas, físicos e estudiosos são constantemente desafiados a se lançarem em novos horizontes cada vez mais desconhecidos, “[...] a resposta – a verdade – se transforma enfim em pergunta” (1999, p. 16). Ao buscar o conhecimento é necessário interrogá-lo e verificar a validade da verdade salvando-se da condenação ao pagamento do preço da verdade.

O conhecimento ou as fontes de verdade se constituem a partir de diferentes formas. Bocchi (2004) aponta que uma das formas é a autoridade intrínseca na religião, no Estado, nas instituições ou qualquer outro formato de organização, moldando e condicionando teorias ao passo que estabelecem conclusões. O conhecimento, quando criado a partir da religião, na concepção de Zanella (2009) se fundamenta na crença e na fé dos indivíduos em torno de algo desconhecido para o entendimento deste fenômeno.

Outra forma de perpetuação do conhecimento é o bom senso, ou senso comum, que Bocchi (2004) considera como uma explicação imediatista de um fenômeno, não permitindo que sejam feitas generalizações. Zanella complementa ser “[...] transmitido de geração para geração por meio da educação informal, independente de estudos e pesquisas” (2009, p. 50).

Saberes transmitidos de modo oral também são característica do conhecimento, na forma de tradição. As tradições são modelos de saber que constituem o patrimônio cultural de uma sociedade. Outra forma de conhecimento é a intuição, que surge quando a mente humana está aberta, constituindo-se em um saber incompleto, mas necessário para a produção de conhecimento, formulação de hipóteses e encaminhamentos de pesquisa (BOCCHI, 2004).

Em outra perspectiva, figura o conhecimento científico, proposto a partir de hipóteses testáveis e, quando comprovadas levam à formação de uma nova teoria. O conhecimento científico, segundo Zanella “[...] é todo conhecimento obtido por meio de procedimentos metodológicos que possibilitam investigar a realidade de forma organizada, ordenada, seguindo etapas, normas e técnicas, por meio de aplicação de métodos preestabelecidos” (2009, p. 53).

Para Bocchi (2004) este saber científico envolve algumas características, como: clareza e precisão, que permitem a formulação de problemas sobre uma abordagem da realidade; generalidade, ao questionar a possibilidade de generalização do resultado; método, constituído a partir de métodos válidos; sistematização, estabelecendo uma sequência da pesquisa, desde o projeto ao resultado.

Ainda em relação ao saber científico, é característica a objetividade, na isenção de paixões, valores e na criação de uma postura neutra de investigação; verificação, admitindo o teste dos resultados; previsibilidade, permitindo ao conhecimento científico a capacidade de prever um evento; refutabilidade, de modo que a teoria seja passível de refutação, não

sendo eterna e intocável; e abertura, ao se constituir em uma investigação receptiva e possibilitar investigações paralelas (BOCCHI, 2004).

1 | AS CORRENTES DE PENSAMENTO

A aproximação de uma postura científica de modo que o pesquisador se transforme em cientista requer empenho e dedicação. É necessário basear-se em teoria, adotando um viés materialista da interpretação da realidade. São muitos os arranjos disponíveis a serem adotados para expressar as ideias, como os métodos indutivo, dedutivo, hipotético dedutivo, dialético e as correntes do positivismo, estruturalismo e do materialismo dialético.

Não é objeto deste livro discutir, exaustivamente, as correntes que determinam o formato da pesquisa, mas é importante destacar que cabe ao pesquisador entender que os arranjos escolhidos para expressar as ideias, seguem caminhos diferentes. Não se pode trabalhar como se métodos e técnicas sejam a mesma coisa. De forma geral, o pesquisador pode adotar algumas posturas, dentre as quais destacam-se:

1.1 O Positivismo lógico

A visão positivista aponta para a existência de um princípio natural, uma ordem natural e imutável. O positivista entende a existência de uma ordem física de um lado e, de outro, uma ordem natural (e da sociedade), em que a ciência a interpreta porque, por ser natural, pode ser interpretada e compreendida pelo método científico. Richardson (2012) afirma que a argumentação do pesquisador fica subordinada apenas à observação e, decorrente da existência desta ordem natural, o pesquisador não a pode alterar, somente observar e interpretar.

Demo (2010, p. 127) afirma que no positivismo são encontradas correntes mais rígidas como também mais suaves, “[...] faz parte deles também o empirismo, mas nem todos os positivismos são empiristas”. Nesta corrente, segundo o autor, sempre houve rupturas, principalmente no questionamento da base empírica em relação a sua fragilidade. Em que a indução é colocada à prova.

O positivismo aponta a existência da ordem natural e imutável na natureza e ordena as coisas no mundo, e deste modo a ciência e o método científico são as únicas fontes válidas do conhecimento. Defendem que “[...] a ciência nos proporciona todo o conhecimento necessário” (RICHARDSON, 2012, p. 34).

A corrente positivista se pauta naquilo que está cientificamente comprovado, não questionando aquilo que é o correto ou comprovado. Aponta ainda a clara separação do juízo de valor e do fato científico, e como método são empregados a indução e a dedução, já os positivistas lógicos usam o método hipotético dedutivo.

O método indutivo, dedutivo e hipotético dedutivo

Vale um parêntese na discussão das correntes para a apresentação dos métodos indutivo, dedutivo e hipotético dedutivo. O positivismo conforme já apresentado e afirmado por Demo (2010), enfrenta algumas rupturas, e uma delas é a crítica de Popper um dos membros mais proeminentes contra a indução.

Popper (2007) questiona a respeito do problema da indução, dado que o método indutivo apresenta enunciados universais e, neste aspecto, o autor argumenta que generalizações nem sempre são válidas. Richardson exemplifica que este método parte de constatações ou dados particulares para chegar a proposições gerais. “Por exemplo, este gato tem quatro patas e um rabo. Os gatos que eu tenho visto têm quatro patas e um rabo. Assim, pela lógica indutivista posso afirmar que todos os gatos têm quatro patas e um rabo” (2012, p. 35).

Frequentemente, a sociedade, na observação do comportamento e dos fatos cotidianos é levada a adotar o método indutivo em suas constatações e atingir conclusões muitas vezes não válidas. Observações, como, por exemplo, sobre o comportamento social de um grupo de pessoas de uma região são generalizadas como se refletissem o comportamento de todos os indivíduos daquela região. Por exemplo, o grupo de pessoas da região X é violento, logo conclui-se que a região X é violenta.

O método indutivo pode levar a erros de julgamento nas generalizações. Imagine um indivíduo que chega a uma instituição financeira justamente no momento em que o movimento está muito acima do normal (situação atípica), logo conclui que naquele dia o movimento da instituição está acima do normal. O indivíduo faz uma inferência indutiva que naquele dia o movimento das instituições financeiras é grande (acima do normal), mas isso pode não ser uma verdade, poderia ser um movimento atípico, observado naquele exato momento, e nas demais horas do dia a instituição pode ter apresentado movimento abaixo do normal.

Visão contrária a este método é apresentada por meio do método dedutivo, que concentra as análises partindo do geral para o específico. Uma análise dedutiva analisa princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis para então chegar às conclusões específicas necessárias. É o oposto do método indutivo que parte do específico para explicar o geral.

Richardson (2012) explica que neste método o pesquisador, com base no conhecimento de um fato geral, avança para o conhecimento e compreensão do porquê daquele fato. Um exemplo sobre o método dedutivo pode ser dado partir das escolhas de consumo. O leitor imagina um produto qualquer, com diferentes marcas (A, B e C). Supondo que um consumidor prefere a marca A em relação à marca B, e no comparativo de B com C ele escolha a marca B, logo, pelo método dedutivo um observador concluirá,

por dedução, que no comparativo das marcas A e C este consumidor optaria pela marca A.

Cervo e Bervian (1983) apontam que a dedução se usa da argumentação em torno das verdades particulares baseadas nos fatos e comprovações universais. A crítica de Popper (2007) se fundamenta nestas generalizações, em que resultados são apresentados sem existirem, necessariamente, evidências empíricas. O autor propõe uma teoria chamada hipotético-dedutiva.

Demo (2010) explica, resumidamente, a linha de raciocínio de Popper ao exemplificar um júri popular. Exemplifica que em um julgamento não existem evidências empíricas sobre o fato que demonstrem com perfeição o que aconteceu. Existem apenas evidências e indícios que poderão conduzir a uma aproximação do fato.

[...] tomemos o caso notório do assassinio do responsável pelo financiamento da campanha eleitoral do ex-presidente Collor, P.C. Farias. Qual seria sua evidência empírica? Até hoje – no início do ano 2000 – é o que gostaríamos de saber. Foi assassinado, todos sabem. Como? Estamos tentando descobrir. Quanto ao caso de sua namorada encontrada também morta, a discórdia é ainda mais gritante: enquanto alguns apontam suicídio, outros garantem que também foi assassinada (DEMO, 2010, p. 129).

O exemplo apresentado por Demo (2010) reflete as incertezas e a falta de comprovação empírica, demonstrando apenas a existência de evidências, e a partir de um fato (como em um júri) são ouvidas as argumentações de todas as partes, levando a uma conclusão, mas que, segundo o autor, pode ser uma conclusão equivocada. Esta forma de argumentação leva Popper ao método hipotético-dedutivo, no sentido da aproximação do fato, permitindo sempre a falsificabilidade.

1.2 Estruturalismo

O estruturalismo não analisa, apenas descreve o que é o objeto, ou como ele está estruturado. Richardson (2012) aponta que o método estruturalista visa uma intensa exigência metodológica e Demo considera como “[...] o intento mais extremo da formalização” (2010, p. 130).

O estudo científico estruturalista apresenta algumas características, como permitir que a modificação em um elemento provoque modificações em outros elementos, ou seja, é constituído a partir de um sistema; pertencer a um grupo de transformações, de modo que a variação em um dos elementos provoca variações nos demais; as previsões e acontecimentos futuros são previstas por observações e fatos passados; o modelo estruturado explica todos os fatos (RICHARDSON, 2012).

1.3 Materialismo dialético

Este método considera que o que precede é a matéria de modo que o pensamento surge a partir da base material e o pensamento é, então, o reflexo do reflexo, ou até mesmo que o pensamento é reflexo da realidade. Ainda há aqueles que dizem que o cérebro é que pode refletir a partir da realidade. O materialista vê que nada é fechado, mas o conhecimento está em constante mutação.

Demo (2010) aponta que Popper é, declaradamente, contrário à dialética na alegação de que ela apresenta argumentos contraditórios, no sentido de que a dialética afirma que determinado fato, ao mesmo tempo, pode ser e não pode ser, criando um sentido contraditório, posição contrária à de Popper que defende a falsificabilidade e o embate das teorias colocadas à prova.

O materialismo dialético se firma, segundo Richardson como uma oposição clara ao positivismo e ao estruturalismo, apresenta a concepção materialista decorrente do fato da “[...] interpretação da natureza, concepção dos fenômenos naturais”. Por outro lado, a característica dialética é dada na “[...] aproximação (método e estudo) dos fenômenos naturais” (2012, p. 44).

Este método, de acordo com Richardson (2012, p. 47), no argumento de seus seguidores, é considerado, como o único que apresenta, em suas interpretações, os princípios, leis e categorias. Afirma que tudo está em conexão, interligado por fenômenos e determinado por leis mais objetivas, por exemplo “João não existe sem o homem, o homem não existe sem João”, reafirmando ainda que tudo está em movimento.

2 | A INTERDISCIPLINARIDADE

Uma discussão interdisciplinar é fundamental na produção do conhecimento, muito embora a departamentalização e o distanciamento das disciplinas parecem enraizadas no meio acadêmico. É necessário criar uma ponte para interligá-las, Raynaut e Zanoni consideram que “[...] o recorte disciplinar está longe de possuir um caráter absoluto e de ser estabelecido definitivamente” (2011, p. 146).

Compete ao pesquisador entender que sua ciência não está sozinha no mundo. É importante ter uma fundamentação sólida em sua disciplina para poder avançar no campo vasto do conhecimento e discutir de maneira interdisciplinar. Demo, ao discutir o tema, aponta que a produção do conhecimento científico deve “[...] habituar-se a estilos mais flexíveis de ordenamento, porque a realidade ‘quadrada’ é puramente lógica, não real” (2010, p. 65).

Demo (2010) discute que a disciplinarização é necessária, ao longo do tempo, dada a evolução do conhecimento, demandando assim investigações mais profundas em torno de determinada área. Este aprofundamento, no entanto, não pode ser isolado. Descartes

(1998) já questiona todas as ciências, relatando as impossibilidades encontradas por alguns ramos científicos na elaboração de estudos, e desta forma, evidencia a possibilidade ou os artifícios que se podem utilizar para representar ou proclamar mais do que sabe.

O universo que se abre com a reflexão sobre a interdisciplinaridade demanda do pesquisador a vontade de se lançar, por completo, neste vasto mundo. Cabe ao cientista sempre respeitar todas as disciplinas, empregando métodos válidos e atendendo ao teor metodológico rigoroso, atendo-se ao que coloca Descartes (1998) em não apresentar ou proclamar mais do que aquilo que se sabe. Nesta mesma perspectiva Demo (2010) alerta que o pesquisador que se empenha na interdisciplinaridade não é um profundo conhecedor de todos os assuntos e pode incorrer em erro.

Dúvidas do pesquisador que se dedica às investigações interdisciplinares sempre surgem com o andamento dos estudos. Questões do tipo: estamos em um caminho certo? Estamos realmente na área de conhecimento correta? O método adotado é válido? Enfim o pesquisador prende o foco no objeto de pesquisa, ao mesmo tempo, em que evolui para outros campos do conhecimento na tentativa de abarcar o saber científico que, muitas vezes, a sua área, em específico, não consegue explicar.

Avançar para além das fronteiras do saber departamentalizado é entender o que Morin (1999) aponta como um conhecimento não regionalizado, mas global, que para o seu entendimento liga-se ao conteúdo de que faz parte. O conhecimento, segundo o autor, por fazer parte de atos biológico, espiritual, cerebral e outros liga-se à vida humana e às relações sociais. Desta forma, o conhecimento do conhecimento não é restrito, nem abrangente.

As pesquisas interdisciplinares repensam as ideias e propriamente o conhecimento específico da área ou disciplina, requerem o questionar sobre a categoria de interdisciplinaridade proposta. Primordialmente, a elaboração do projeto de pesquisa, com foco na interdisciplinaridade, cruza olhares e enfoques diversificados. Diferentes autores contribuem com múltiplos enfoques ao campo de análise do pesquisador a quem cabe levantar questões sobre aquilo que é de fato fundamental, formando assim a capacidade de decidir.

O pesquisador, entre os inúmeros focos de análise, procura um ponto em comum que o une aos estudos ou ao todo. Se o leitor questionar este ponto, um exemplo pode ser dado. Supondo-se um curso específico de pós-graduação, em que o ponto em comum é a linha de pesquisa, a interdisciplinaridade surge nas diferentes abordagens seguidas e nos mais diversos estudos desenvolvidos pelo corpo discente que, muitas vezes, vem de áreas de formação distintas.

As novas proposições de pesquisa tornam as barreiras menos estanques, desenvolvendo trocas e intercâmbios, e produzindo, realmente, inovações cheias e não

inovações vans e vazias. Isso não quer dizer que é necessário trabalhar com tudo ou tentar englobar todo o conhecimento adquirido em uma única pesquisa. Pode-se focar em linhas restritas, e levantar, dentro deste campo restrito, questionamentos diferenciados, avançar sobre outros campos científicos. (RAYNAUT E ZANONI, 2011).

É, conforme expõem Raynaut e Zanoni, “[...] unir disciplinas que compartilham muitos objetivos de estudo, mas [...] divergir na maneira de enfocá-la”, permitindo, também, unir o conhecimento até mesmo de disciplinas consideradas distantes, “[...] a fim de estudar realidades híbridas e complexas que só podem ser abordadas a partir de ângulos e níveis de observação distintos” (2011, p. 154-155).

A interdisciplinaridade não se transforma em uma nova disciplina ou em um novo conhecimento, mas constrói, a partir de diferentes olhares, uma discussão acerca de determinado tema. O leitor há que entender que se torna importante fundar-se no seu conhecimento de formação e agregar o de outras ciências para propor avanços no saber científico.

A relatividade das ciências é uma das barreiras de difícil dissolução, pelo próprio histórico das disciplinas com determinados padrões, bem como sobre a departamentalização que divide os campos da ciência. O conhecimento é pensado em estruturas fechadas e não na flexibilidade e no intercâmbio, mas isso, gradualmente, conforme expõe Demo (2010), começa a ser superado com o surgimento de convergência das diferentes áreas.

[...] surgem áreas mais convergentes, cujo tratamento disciplinarizado já parece absurdo, como qualidade de vida, desenvolvimento humano, ecologia, planejamento estratégico, urbanização, etc. Os cursos de pós-graduação possivelmente serão cada vez mais interdisciplinares, porque se entende que profissional polivalente pode ser mais completo, desde que não seja gestado pelo acúmulo de conhecimentos ainda mais incompletos (DEMO, 2010, p. 73).

A distância entre as disciplinas instiga o pesquisador a questionar o objetivo de seu estudo na resolução de um problema, a não se fechar ao conhecimento, mas ter em mente os objetivos da interdisciplinaridade. Estes objetivos resumem-se em três esferas: dar conta de questões práticas, identificar diferentes olhares para a problemática e definir outros conceitos acerca do tema. É claro, existem outros, mas o primordial é delimitar qual o campo de abordagem interdisciplinar.

A mudança ou o avanço nas investigações começa pelo pesquisador, usando do saber interdisciplinar para desenvolver uma mente aberta, com postura para, quando incorrer na rejeição das hipóteses, adotar a humildade teórica de delimitar ou até mesmo mudar o seu objeto no sentido de aprofundar mais a pesquisa. Há que entender que a inquirição interdisciplinar contribui para que o aluno se torne um pesquisador de fato, um indivíduo engajado em processos de ação, um agente inserido nas tomadas de decisão. Não é formar qualquer um, mas formar os melhores pesquisadores que partam para a ação e coloquem em prática o conhecimento.

2.1 As facetas da formação interdisciplinar

Uma formação interdisciplinar, na visão de Raynaut e Zanoni (2011) proporciona a abertura das mentes para as barreiras intelectuais, criando reflexão crítica sobre o processo de produção do saber e estendendo verdadeiras passarelas entre as disciplinas. Sob a perspectiva pedagógica é favorecer convergências de olhares o que não significa pensar igual, ou unificar pensamentos, mas convergir sobre a problemática, respondendo à grande questão de como desenvolver o estudo sem pensar igual.

Trabalhar pequenos estudos de caso que podem ser generalizados, selecionar estudos de caso com olhares multidisciplinares, trabalhando com conceitos integradores são avanços a serem seguidos pelo pesquisador. Em um cenário determinado de um curso de pós-graduação, com uma linha específica de pesquisa, por exemplo, desenvolvimento social e econômico, atingir a multidisciplinariedade requer o domínio da área de formação, por parte do pesquisador e do corpo discente, para produzir em torno do tema que envolve muitas vezes uma abordagem interdisciplinar, aproximando-se, assim, do conceito de ciência.

A interdisciplinaridade pauta-se em uma prática de aprendizagem com instrumentos concretos, que se inicia com o trabalho coletivo e propriamente com o querer trabalhar coletivamente, utilizando instrumentos adaptados ao tratamento de dados heterogêneos. Um aspecto marcante é a diversidade dos modos de raciocínio, demandando instrumentos flexíveis e a abolição de instrumentos fechados, permitindo conciliar diferentes concepções.

A interdisciplinaridade permite o repensar. Para Demo (2010), apresenta a característica de reconstruir o conhecimento, sobretudo quando ele é pensado a partir de um grupo. O autor exemplifica apontando que pouco adianta reunir pesquisadores de uma mesma área para discutir um assunto. Há que reunir conhecimento e áreas diversas, para que o grupo produza a partir do esforço e das facetas disciplinares numa reflexão sobre o conhecimento.

As pesquisas interdisciplinares apresentam o aspecto de estabelecer um objetivo comum, elaborando uma problemática conjunta, mas própria de cada disciplina sem fugir do campo disciplinar específico. Estabelecem, ainda, uma articulação de abordagens metodológicas e a conscientização de não se ter o conhecimento suficiente da disciplina e ainda evoluir para outros campos disciplinares.

Por fim, a ideia da síntese dos resultados é uma etapa conjunta, a interdisciplinaridade requer trabalhar comumente uma metodologia geral em diferentes ângulos. O leitor pode supor um conjunto de círculos, (ver Figura 1), em que cada círculo representa uma área de conhecimento. O pesquisador pode fechar-se no seu mundo de conhecimento, ou avançar sobre outras áreas do conhecimento.

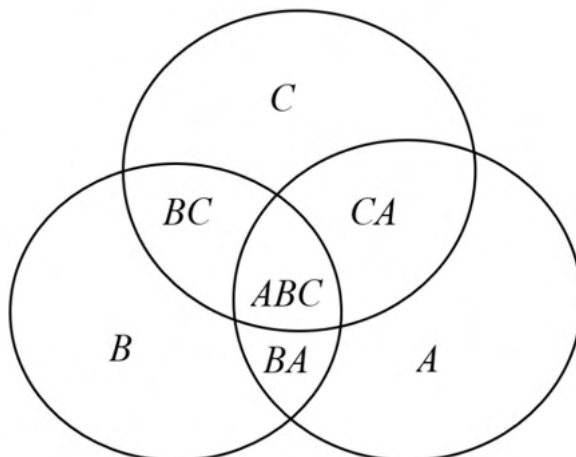


Figura 1 – Áreas do conhecimento e a pesquisa interdisciplinar

Fonte: Elaborado pelo autor

São as seguintes possibilidades: o pesquisador limita-se somente a uma área, como as demonstradas na Figura 1, (áreas A, B ou C), opta por produzir o conhecimento englobando o saber de outras áreas (ABC) e trabalha, então, a interdisciplinaridade. Existe, como se vê, um campo comum entre as três áreas (ABC) e é aí que as diferentes abordagens convergem e, neste aspecto, evolui a discussão interdisciplinar, adotando uma posição específica e respeitando as demais.

O pesquisador que se propõe realizar a pesquisa interdisciplinar sabe que enfrenta muitos obstáculos. Raynaut e Zanoni exemplificam que “[...] revistas científicas tradicionais reconhecidas respeitam um recorte disciplinar estrito” (2011, p. 146). Para além das publicações, os obstáculos são os mais diversos, desde os prazos, as questões burocráticas, limites temporais e de equipes (teses e dissertações) e, sobretudo, a avaliação dos resultados (sistema disciplinar). A avaliação, por parte do sistema, ocorre mesmo que a pesquisa interdisciplinar demande prazos diferenciados.

O sistema de educação, no todo, não ensina o trabalho em equipe, as notas de disciplinas são individuais, demandando do acadêmico o esforço pessoal. Na prática do dia a dia o indivíduo é forçado a apreender a trabalhar em equipe e, deste modo, o trabalho em equipe é associado à pesquisa interdisciplinar quando o pesquisador, além do domínio individual da sua área, agrega o conhecimento (equipe) das outras ciências.

Os desafios evoluem para o campo ético, com questionamentos científicos, bem como de passar de uma posição teórica para uma aplicação concreta. A interdisciplinaridade assemelha-se à construção de um barco, em plena navegação, entendendo que este barco não está à deriva ou desorientado, porque possui um norte para onde quer navegar.

As reflexões apresentadas no Capítulo 1 geram indagações daquilo que é considerado como uma verdade que se constitui nas mais diversas formas, decorrentes das tradições, da religião, da ciência ou de tantas outras fontes. Há verdades colocadas como certas, algumas defendidas como imutáveis, outras testadas e colocadas à prova. Verdades e teorias, principalmente no campo científico, são temporárias, podem ser refutadas ou consideradas verdadeiras até provado o contrário. Neste campo de questionamentos surge a pesquisa, que Gil (2010) considera como meio para as respostas aos problemas sem solução.

A curiosidade em descobrir algo desconhecido é presente no cotidiano das pessoas. Desvendar o desconhecido é pesquisar. Zanella (2009) considera que a pesquisa leva a um novo conhecimento, primordial para a ciência gerar as respostas para as indagações. Gil (2010) aponta alguns itens necessários para fazer uma pesquisa, que vão desde as qualidades do pesquisador, como curiosidade, criatividade, confiança, paciência, até aos recursos humanos e financeiros envolvidos. O autor destaca a necessidade de elaborar o projeto de pesquisa.

A elaboração de um projeto de pesquisa é feita com muito cuidado, afinal é o planejamento das ações a serem seguidas. Um bom projeto de pesquisa faz a diferença no momento da execução do trabalho, levando a uma economia de tempo e de recursos financeiros (quando envolver financiamento).

Neste sentido este capítulo trata mais detidamente a respeito do projeto de pesquisa e seus critérios, um passo a passo será apresentado, facilitando a elaboração do projeto propriamente, com vistas a permitir que o trabalho se transforme em um artigo, relato de experiência, monografia ou estudo técnico.

1 | ELABORANDO O PROJETO DE PESQUISA

O tópico apresenta de forma geral e sucinta¹ a estrutura do projeto de pesquisa. O ponto central de um projeto de pesquisa é, além do tema propriamente, o problema de pesquisa, os objetivos e a hipótese, estes itens fundamentais devem apresentar algo em comum, ou seja, falar a mesma linguagem.

O projeto de pesquisa, para Deslandes (1999), é um mapeamento dos caminhos, estabelecendo

¹ Gil (2010) discute de forma detalhada a formulação do problema, hipótese e objetivos de um projeto de pesquisa.

os rumos de investigação, além de servir para informar a comunidade científica, ser aceito e obter financiamento, quando o caso. Pesquisadores da área contribuem com melhoramentos e críticas dado que a pesquisa científica ganha corpo no conjunto.

O planejamento da pesquisa se concretiza, para Gil (2010) no projeto de pesquisa que apresenta as ações a serem seguidas. Deslandes (1999) complementa que o projeto é precedido de estudos preliminares que compreendem a dimensão na formação do problema, como também de um anteprojeto, estudos mais amplos que compõem a pesquisa, sem grande rigor.

A primeira questão a ser trabalhada em um projeto de pesquisa é propriamente o tema da pesquisa, seguido de uma contextualização sobre o assunto. É importante destacar que o tema não é necessariamente o título do projeto, mas sim, a escolha por parte do pesquisador de uma linha teórica de direcionamento da pesquisa, segue-se ao tema um próximo item que é a contextualização (introdução), a qual permitirá apresentar o escopo geral do projeto.

O projeto propõe algumas questões na sequência, como: o que? (Problemática e hipóteses), para que? (Justificativa), para quem? (Objetivos), como pesquisar? (Metodologia), quando? (Cronograma), com que recursos? (Orçamento) e quem pesquisa? (A equipe).

O problema de pesquisa é geralmente apresentado em forma de pergunta e questiona a respeito de um tema cotidiano, teórico ou de estudo, as hipóteses projetam respostas ao problema (não necessariamente esta resposta precisa ser verdadeira, pois será comprovada pelo estudo). Por fim, os objetivos apontam os passos a serem seguidos para comprovar ou rejeitar a hipótese estabelecida.

A partir daí o pesquisador justifica seu estudo. A justificativa não é uma alegação pessoal daquilo que o pesquisador entende como importante no estudo, mas fundamenta a relevância do tema para o conhecimento científico. Uma boa justificativa está embasada em teorias, portanto a leitura é de extrema importância tanto no momento da elaboração do projeto de pesquisa como da realização da pesquisa.

A elaboração do projeto de pesquisa inicia-se com uma introdução. Anterior à apresentação de pontos relevantes como o problema, hipótese e objetivos, cabe contextualizar ao leitor o cenário da pesquisa. Supõe-se, sempre, um leitor totalmente alheio ao tema que o pesquisador se propõe, de modo que a introdução deve situar este leitor sobre o assunto. Podem ser usadas citações indiretas na introdução, permitindo fundamentar a argumentação em relação à temática apresentada.

O projeto de pesquisa nada mais é do que um norte para a elaboração do trabalho de conclusão de curso, artigo, dissertação ou tese. Quando da redação do artigo, monografia, etc. as etapas do projeto de pesquisa como a introdução (contextualização), problema,

hipótese, objetivo e justificativa, se transformam em um texto único no trabalho final. Não são mais tópicos separados, como no projeto, pois constituirão o tópico introdução². Fica evidente a relevância de pensar e definir de forma correta estes itens, pois são o norte da pesquisa. Saber o que se quer é o primeiro passo para uma boa pesquisa, pois quem não sabe onde quer chegar pode dar voltas e acabar não chegando a lugar algum.

A literatura, os periódicos, bem como as instituições de ensino, apresentam pequenas variações na formatação dos projetos, artigos ou monografias. Muitas vezes, algumas instituições adotam manuais próprios para a elaboração dos trabalhos, bem como é comum encontrar periódicos científicos com normativas próprias de formatação de materiais submetidos para a publicação. Para a elaboração do projeto de pesquisa as normas de referência seguem o que estabelece a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, conforme segue:

- ABNT NBR 14724:2011 informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação.
- ABNT NBR 6023:2002 – Informação e documentação – Referências – Elaboração
- ABNT NBR 6024:2003 – Informação e documentação – Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação
- ABNT NBR 6027:2003 – Informação e Documentação – Sumário – Apresentação
- ABNT NBR 6028:2003 – Informação e Documentação – Resumo – Apresentação
- ABNT NBR 10520:2002 – Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação

A estrutura de estudos como monografias, dissertações e teses de doutorado, apresentadas por grande parte da literatura considera elementos, pré-textuais, textuais e pós-textuais, sendo alguns itens obrigatórios e outros opcionais, este detalhamento de estrutura é apresentado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (2011) com a NBR 14724, ver Figura 02.

² Na versão final do trabalho o projeto de pesquisa se transforma na introdução do trabalho final, reafirmando novamente a importância do bom planejamento do projeto de pesquisa, o que auxilia, em muito, o pesquisador na delimitação do foco a ser seguido.

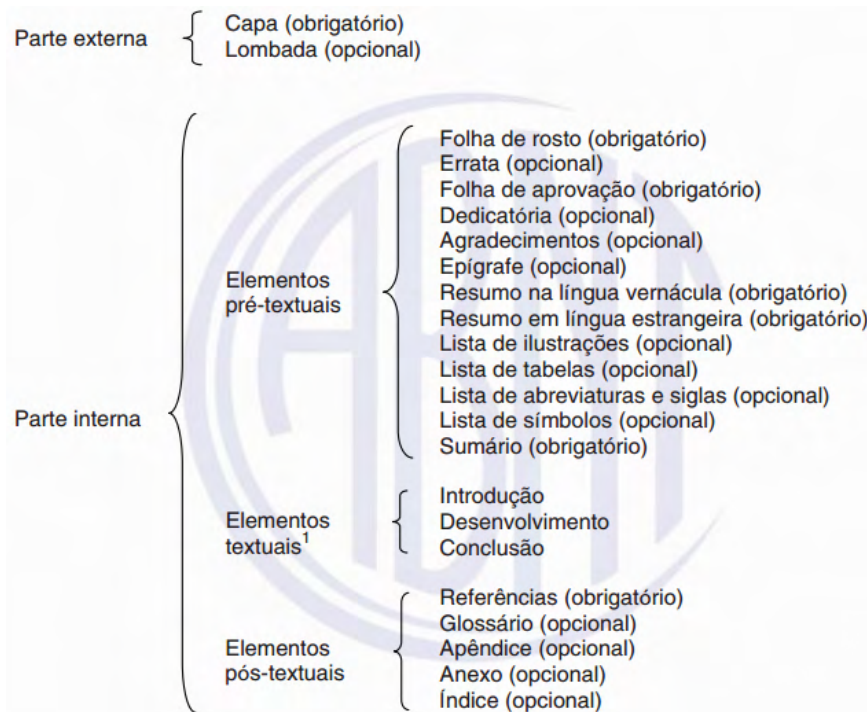


Figura 2 – Estrutura do trabalho acadêmico

Fonte: NBR 14724 – ABNT (2011, p. 5)

Esta estrutura para trabalhos acadêmicos também é encontrada em Amadeu *et al* (2017). Os autores apresentam e detalham os vários elementos necessários (obrigatórios) de um trabalho, bem como indicam outros elementos opcionais que podem ser inseridos no trabalho.

Diante da natureza e do objetivo deste livro, não serão detalhados todos os elementos apresentados na Figura 2, mas apresentados somente aqueles necessários (no entendimento deste autor) para a elaboração do projeto de pesquisa

1.1 Capa

O primeiro item que é obrigatoriamente parte do projeto de pesquisa é a capa, formatada conforme estabelece a ABNT (2011) com a NBR 14724. As margens são formatadas com 3 cm na parte superior e esquerda e de 2 cm na inferior e direita. A Figura 3 ilustra um exemplo de formatação da capa do projeto de pesquisa.

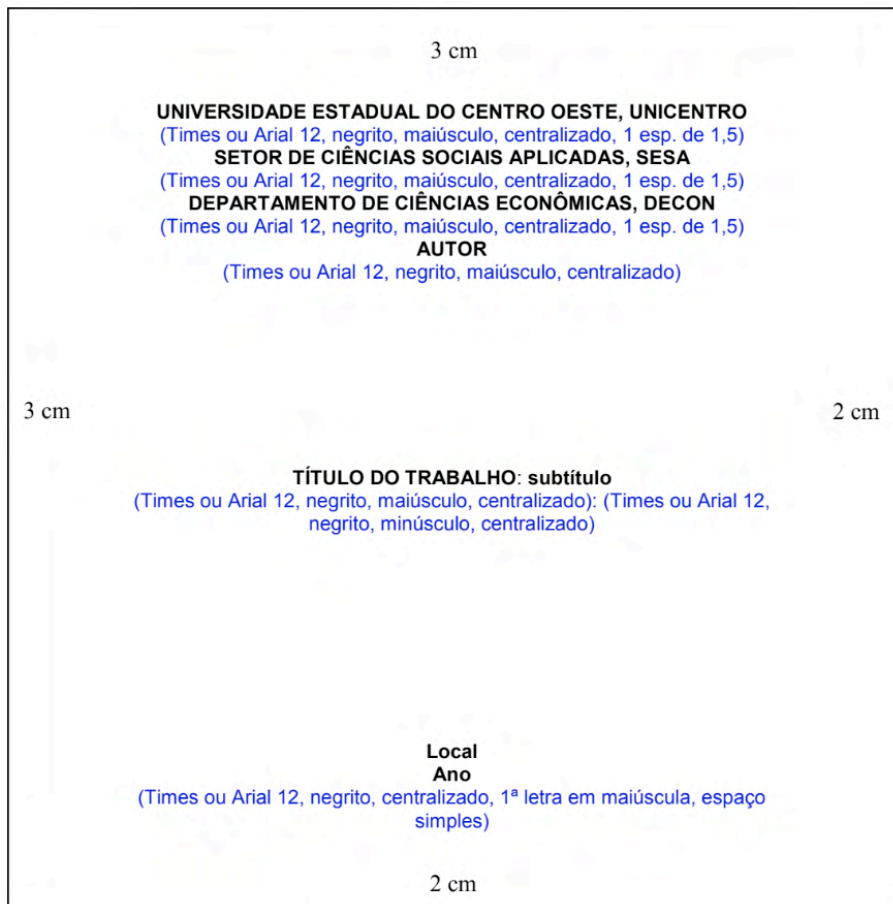


Figura 3 – Modelo de capa do projeto de pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da NBR 14724 (ABNT, 2011)

A capa apresenta informações fundamentais a respeito do projeto, como a temática do estudo, a instituição e curso ao qual o trabalho está vinculado e o ano de publicação, identificando a autoria do trabalho. Após a capa é inserida a folha de rosto.

1.2 Folha de rosto

A folha de rosto inclui algumas informações adicionais e segue as normativas da ABNT (2011), mantendo a formatação de letra e margens da capa, ver Figura 4.

AUTOR
(Times ou Arial 12, negrito, maiúsculo, centralizado)

TÍTULO DO TRABALHO: subtítulo
(Times ou Arial 12, negrito, maiúsculo, centralizado): (Times ou Arial 12, negrito, minúsculo, centralizado)
(2 espaços de 1,5)

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção de nota junto a disciplina de Técnicas de Pesquisa e Extensão em Economia, sob orientação do (a) Prof.(a):

(Times ou Arial 12, justificado, recuo à esquerda até a metade da folha e espaçamento simples)

Local
Ano
(Times ou Arial 12, negrito, centralizado, espaço simples)

Figura 4 – Modelo de folha de rosto em projeto de pesquisa
Elaborado pelo autor a partir da NBR 14724 (ABNT, 2011)

O texto de identificação inserido com recuo de 4 cm pode ser adaptado conforme a finalidade, por exemplo: o texto pode usar a seguinte expressão: Monografia apresentada ao curso de Especialização da Universidade, como pré-requisito para obtenção do título de especialista. Alguns termos foram alterados como: projeto por monografia; e obtenção de nota da disciplina, por obtenção do título de especialista, o mesmo pode ser feito para outros trabalhos, como dissertações, teses ou até mesmo para trabalhos de disciplinas.

1.3 Elaboração do sumário

O sumário é um dos elementos pré-textuais internos obrigatórios, conforme resumido na Figura 2 apresentada anteriormente em ABNT (2011). No sumário são enumeradas todas as seções e subseções do trabalho, acompanhadas da numeração da página e iniciando a partir da introdução. No entanto, a introdução, segundo ABNT (2003a) deve considerar a contagem das páginas dos elementos pré-textuais, excluindo a capa (ver Figura 5).

3 cm		
SUMÁRIO		
	1 INTRODUÇÃO	10
	2 PROBLEMA DE PESQUISA	12
	3 HIPÓTESES	13
	4 OBJETIVOS	14
	4.1 Objetivo Geral	14
	4.2 Objetivos Específicos	14
	5 JUSTIFICATIVA	15
	6 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3 cm	7 METODOLOGIA	30
	8 CRONOGRAMA	40
	9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
	10 APÊNDICE	45
	10.1 Apêndice I – Questionário de Pesquisa	45
	11 ANEXOS	46
	11.1 Anexo 01 – Série Histórica da SELIC, período de 2005 a 2015.....	46
2 cm		

Figura 5 – Modelo de sumário em projeto de pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor

A Figura 5 reflete um modelo hipotético de sumário em um projeto de pesquisa, onde são apresentados elementos como a introdução (contextualização), problema, hipótese, objetivo, justificativa separadamente e que, para monografia, dissertação ou tese são condensados em um único item introdução. Em Ternoski (2013a) é possível verificar um modelo de sumário de dissertação, qual segue normas específicas da instituição, ver Figura 6.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
2. DO CONTEXTO AOS MÉTODOS ADOTADOS	26
2.1 – A POBREZA E A FALTA DE ALTERNATIVAS DE RENDA	26
2.2 – LOCAL DO ESTUDO	30
2.3 – ORGANIZAÇÃO DO AGRICULTOR PARA O CRÉDITO	34
2.4 – METODOLOGIA	36
2.4.1 – Descrição das fases da pesquisa	36
2.4.2 – População/amostra	38
2.4.3 – Das variáveis calculadas	40
2.4.4 – Análise das premissas	45
3. DESENVOLVIMENTO E ESTRATÉGIAS DE MEIOS DE VIDA	54
3.1 – DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO	54
3.2 – DESENVOLVIMENTO RURAL	56
3.3 – A MERCANTILIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	58
3.4 – A MERCANTILIZAÇÃO NO CONTEXTO DA SIMPLES PRODUÇÃO DE MERCADORIAS	64
3.5 – ESTRATÉGIAS DOS MEIOS DE VIDA NO MEIO RURAL	72
4. PERCEPÇÕES EM TORNO DA RENDA AGRÍCOLA E DA RENDA TOTAL	80
4.1 – EXPRESSÕES VISUAIS DA RENDA EM ESTABELECIMENTOS RURAIS	80
4.2 – A FORMAÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA	89
4.3 – A FORMAÇÃO DA RENDA TOTAL	98
4.3.1 – As rendas com transferências sociais	99
4.3.2 – As rendas de trabalhos agrícolas para fora da unidade de produção	102
4.3.3 – Rendas não agrícolas	104
4.3.4 – Outras fontes de renda	106
4.3.5 – A formação da renda total	107
5. A DIVERSIFICAÇÃO E A FORMAÇÃO DA RENDA TOTAL	112
5.1 – TIPIFICAÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA	112
5.2 – TIPIFICAÇÃO DA RENDA TOTAL	116
5.3 – DIVERSIFICAÇÃO E A FORMAÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA	119
5.3.1 – Níveis de diversificação da renda agrícola e a relação com o produto bruto	124
5.3.2 – O índice de diversificação e o cultivo do tabaco	126
5.4 – DIVERSIFICAÇÃO E A FORMAÇÃO DA RENDA TOTAL	135
6. CONDICIONANTES DE ACESSO NA FORMAÇÃO DA RENDA	144
6.1 – CONDICIONANTES DE ACESSO DOS RECURSOS DOS MEIOS DE VIDA NA FORMAÇÃO DA RENDA AGRÍCOLA	144
6.2 – CONDICIONANTES DE ACESSO DOS RECURSOS DOS MEIOS DE VIDA NA FORMAÇÃO DA RENDA TOTAL	152
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	160
8. REFERÊNCIAS	164
9. ANEXOS	169
9.1 – ANEXO I – CÁLCULO DO MÍNIMO AMOSTRAL	169
9.2 – ANEXO II – FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS JUNTO A CRESOL – PRUDENTÓPOLIS	170
9.3 – ANEXO III – QUESTIONÁRIO DE CAMPO	171

Figura 6 – Modelo de sumário em dissertação

Fonte: Ternoski (2013a, p. 21)

A ABNT (2003b) na NBR 6027 aponta que o termo sumário é grafado com a mesma tipologia de fonte das seções primárias, aparecendo centralizado na página. Os demais itens mantêm a formatação de fonte. Destaca-se que os elementos pré-textuais, quando existirem, não aparecem no sumário.

1.4 A introdução do projeto de pesquisa

A introdução é o primeiro item textual de um trabalho. Nela é redigido um texto, não muito extenso, em que o autor apresenta uma visão geral sobre o tema. Neste item a argumentação do autor pode ser fundamentada em citações, mas claro, evitando as citações diretas, neste primeiro tópico.

A numeração das páginas inicia na introdução, em algarismos arábicos, considerando a sequência de páginas contadas a partir da folha de rosto. Amadeu *et al* apontam que na introdução “[...] o assunto é apresentado como um todo, sem detalhes. Trata-se do elemento explicativo do autor para o leitor” (2017, p.47). A Figura 7 apresenta a estrutura da introdução.

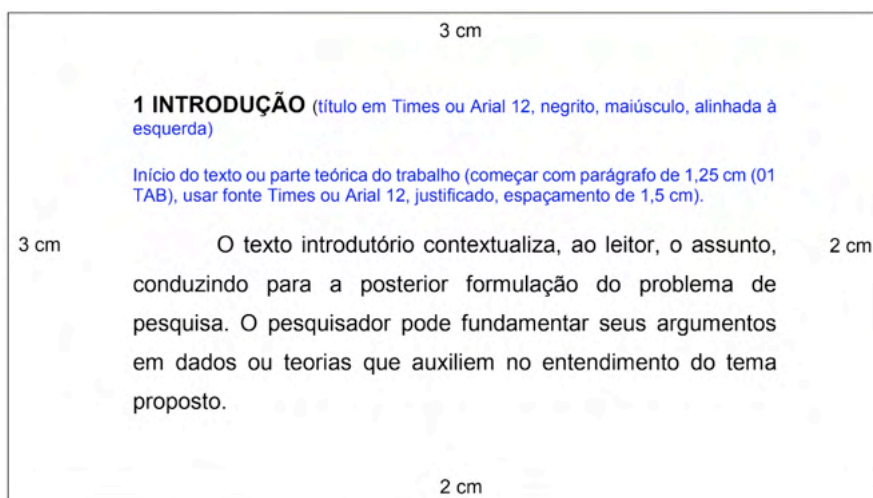


Figura 7 – Modelo de formatação da introdução

Fonte: Elaborado pelo autor

O texto introdutório é pensado em uma perspectiva de informar e contextualizar o leitor quanto ao tema. Presume-se que o leitor desconhece totalmente o tema proposto pelo pesquisador. Deste modo, o texto introdutório, de forma sucinta, (3 a 4 parágrafos) esclarece pontos fundamentais do tema proposto.

Como o próprio nome já diz, a introdução é apenas uma contextualização geral, não

sendo necessário aprofundar teorias, visto que elas são tratadas no referencial teórico. O que se faz é criar um ambiente para a apresentação do tema e permitir, na sequência, a apresentação do problema, hipótese, objetivos e justificativa, itens estes colocados separadamente no projeto de pesquisa, mas aglutinados em um único tópico (texto) em artigos, monografias, dissertações e teses.

Vale destacar que na introdução não são incluídas as conclusões do trabalho, sobretudo quando se trata de um projeto de pesquisa, até porque, um projeto de pesquisa é apenas uma proposta de trabalho, de modo que os resultados ainda não foram alcançados. Amauri *et al* (2017) informam, ainda, que a contextualização, feita na introdução, esclarece pontos fundamentais do trabalho, como período e local de realização do estudo, natureza dos dados, e apresenta um roteiro do trabalho.

1.5 Delimitação do problema de pesquisa

Finalizada a etapa de contextualização do tema proposto, o projeto apresenta o problema de pesquisa. Gil (2010) afirma que o problema de pesquisa surge de temas ou campos de estudo que levam às indagações e que se encaixam em campos de investigação científica. Alguns problemas não se encaixam no campo científico, exemplo: como elevar os salários dos colaboradores das empresas têxteis? Um problema deste tipo apresenta relação a um problema de gerenciamento do que propriamente a um problema científico.

Problemas de natureza científica, segundo Gil (2010, p. 8) “[...] envolver proposições que podem ser testadas mediante verificação empírica”. Um problema de pesquisa é formulado em forma de pergunta, por exemplo: qual a relação entre a escolaridade e a renda dos colaboradores das cooperativas de crédito? Ou: Quais as principais dificuldades encontradas nos estabelecimentos familiares para diversificar as fontes de renda?

Em ambos os problemas de pesquisa apresentados, é possível perceber uma pergunta em torno de uma variável que apresenta efeito sobre outra (as) variável (eis), constituindo-se assim problemas de natureza científica dado que podem ser observados e mensurados. Neles é possível dimensionar relações de causa e efeito entre as variáveis investigadas.

O problema é formulado a partir de um contexto, não surge do nada. Faz parte de leituras a respeito do tema sendo antecedido por uma contextualização (introdução). Para o exemplo de problema destacado acima que trata da diversificação, pode ser apresentada, previamente, uma discussão a respeito do que é a diversificação, apontando temas relacionados às fontes de renda na agricultura, tanto do cultivo dos estabelecimentos agrícolas, como das rendas de fora dos estabelecimentos. Fica claro que o tema foi contextualizado, para que, a partir da apresentação do problema, o leitor tenha visão geral do cenário que se quer trabalhar.

A escolha de um problema merece que o pesquisador faça sérias indagações (Rudio, 1986): a) Trata-se de um problema original? b) O problema é relevante? c) Ainda que seja 'interessante' é adequado para mim? d) tenho hoje possibilidades reais para executar tal estudo? e) existem recursos financeiros para a investigação deste tema? f) terei tempo suficiente para investigar tal questão? (DESLANDES, 1999, p. 39).

Na formulação do problema o pesquisador deve atentar para sua clareza e possibilidade de resolução. De nada adianta um problema de pesquisa vago e que não pode ser respondido (solucionado) em decorrência da falta de instrumentos capazes de solução. Gil informa, ainda, que a formulação do problema não considera um juízo de valor sobre determinada questão, por exemplo “[...] investigar se ‘filhos de camponeses são melhores que filhos de operários’ ou se ‘a mulher deve realizar estudos universitários’”. Estes problemas conduzem inevitavelmente a julgamentos morais, [...] invalidando os propósitos da investigação científica” (2010, p. 12).

O problema além de apresentar clareza, se possível, define o espaço/tempo em que é apresentado. Retomando os exemplos de problemas apresentados anteriormente: “Qual a relação entre a escolaridade e a renda dos colaboradores das cooperativas de crédito?” ou, “Quais as principais dificuldades encontradas nos estabelecimentos familiares para diversificar as fontes de renda?” Estes problemas podem ser redefinidos de modo a tornar mais claro o espaço/tempo em que são investigados, determinando o período de pesquisa e o local. A redefinição pode considerar a seguinte redação: “Qual a relação entre a escolaridade e a renda dos colaboradores das cooperativas de crédito **na cidade de Guarapuava/PR no período de 2012 a 2022**”? Ou, quais as principais dificuldades encontradas pelos estabelecimentos familiares **paranaenses** para diversificar as fontes de renda?

Ao delimitar o espaço/tempo, conforme o grifo em negrito, os problemas de pesquisa se tornam mais claros, é possível ainda citar, no exemplo acima, o nome da cooperativa em questão, de modo a ser aplicado no objeto investigado. Permite ao leitor identificar de maneira rápida o foco do estudo. Definido o problema da pesquisa o próximo passo é propor uma resposta a este problema, chamada hipótese de pesquisa.

1.6 Hipótese

As hipóteses, de acordo com Deslandes (1999) são formuladas objetivando a comprovação do estudo. Significa estabelecer diálogos entre o investigador e o estudo tentando comprová-las. A hipótese pode ser única ou ser composta de mais afirmações, formuladas a partir de observações sobre a realidade, de outros estudos ou até mesmo por meio da intuição do pesquisador. Para ser uma hipótese aplicável, algumas características são necessárias: clareza dos conceitos, termos específicos relativamente ao objeto, para não criar ambiguidades, não baseada em valores morais, como bom ou mal, etc.

A hipótese é pensada com fundamento no problema de pesquisa e propõe uma possível resposta. Partindo do questionamento feito no item 1.5 (dificuldades para a diversificação das fontes de renda), é necessário ao pesquisador apontar uma resposta à pergunta, resposta esta que delimitará o foco de investigação do estudo.

No caso particular do problema apresentado no item anterior sobre a dificuldade de diversificação, as possíveis respostas – hipóteses – podem ser: (1) O baixo capital humano dos estabelecimentos agrícolas influencia diretamente na diversificação das fontes de renda dos agricultores paranaenses; ou (2) A pequena superfície agrícola útil está diretamente relacionada à concentração de renda em uma única atividade agrícola. São propostas duas hipóteses, uma relacionada ao capital humano, resumido na formação e escolaridade dos membros de uma família agrícola como relativo à formação da renda, a outra hipótese que trata a respeito da quantidade de terras, relacionando pouca terra com concentração de renda em uma única atividade. Ambas as hipóteses fazem uma afirmação, mas, de imediato, o pesquisador não sabe se são afirmações verdadeiras ou falsas, precisa testar através da pesquisa.

As hipóteses são os pressupostos de resposta ao problema de pesquisa, não são nem verdadeiras, nem falsas, mas serão testadas por meio dos resultados do estudo. Ao final do estudo o pesquisador comprova ou refuta as hipóteses propostas. Tanto as hipóteses como o problema de pesquisa são definidos com sintonia. Beuren *et al* apontam que “[...] pode-se dizer, então, que a diferença que há entre o problema e as hipóteses de pesquisa é a forma como os enunciados são expostos. O problema é elaborado sob forma de uma sentença interrogativa e as hipóteses são formuladas de modo afirmativo” (2004, p. 100).

Inicialmente a quantidade de hipóteses depende do objetivo do pesquisador, quanto maior o número de hipóteses mais extensa é a pesquisa, já que demandará metodologia mais extensa para atender ao que se propõe. Geralmente, trabalhos de conclusão de curso envolvem uma única hipótese, bem delimitada.

Ao estabelecer a hipótese o pesquisador identifica ferramentas para comprovar sua veracidade ou negá-la. A hipótese geralmente relaciona duas ou mais variáveis. No exemplo citado, as hipóteses ligam relações de causa e efeito, baixo capital humano responsável pela baixa diversificação, e ainda pouca terra igual a poucas atividades agrícolas. Vale destacar, que as relações estabelecidas nas hipóteses são as mais diversas possíveis, determinadas pelo tema.

Gil (2010) aponta que uma hipótese pode ser criada com base em vários contextos, tanto por meio da observação do pesquisador, como por teorias ou estudos já trabalhados por outros autores, como até mesmo pela intuição do pesquisador. Independentemente de como é formulada, a hipótese deve ser clara, objetiva e fundamentada em referências empíricas de modo a evitar julgamentos de valor. O autor indica, ainda, que uma hipótese

é passível de teste, de nada adianta uma hipótese teoricamente bem elaborada se faltam ferramentas para testá-la.

Para as hipóteses apresentadas acima como exemplo, (hipóteses 1 e 2) é necessário definir ferramentas que permitam medir ou relacionar a influência do capital humano e da quantidade de terra, com a formação de renda. Mas, a pergunta que surge é como fazer isso? Como provar? A metodologia é que dá as respostas e permite ao pesquisador identificar se dispõe de ferramentas para comprovar as afirmações. É aqui que o pesquisador define se sua pesquisa será qualitativa, quantitativa ou ambas, estabelecendo, por meio da metodologia, os instrumentos adotados pelo estudo.

As hipóteses fazem a afirmação de um fato que será comprovado nos resultados do estudo. Portanto, uma pesquisa apresenta as afirmações que serão testadas e podem ser comprovadas ou rejeitadas pelos resultados. A rejeição de uma hipótese é um fator importante a ser discutido, não é problema o pesquisador propor uma hipótese e rejeitá-la.

No exemplo apresentado em que as hipóteses afirmam existir relação entre o capital humano e a concentração de terra com o nível de renda, os resultados podem afirmar o contrário, indicando não existir esta relação e, deste modo, as hipóteses propostas seriam rejeitadas. A comprovação ou rejeição de uma hipótese na grande maioria das vezes está ligada à sua formulação, de modo que, hipóteses bem elaboradas conduzirão ao objetivo do pesquisador, a formulação de uma hipótese requer muita leitura. Em Beuren *et al* (2004) é apresentado um esquema que ressalta a importância dessa leitura (ver Figura 8).

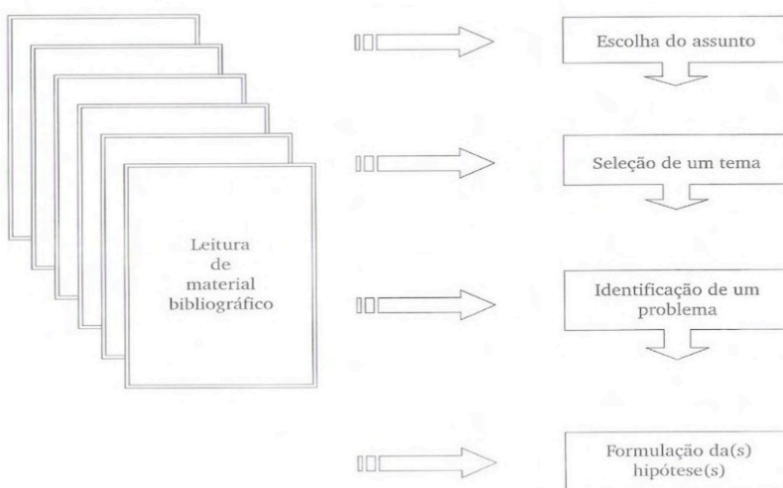


Figura 8 – Passos para chegar à formulação das hipóteses

Fonte: Beuren et al (2004, p. 107)

O esquema apresentado em Beuren *et al* (2004), e expresso na Figura 8, demonstra que a formulação de uma hipótese coerente e bem fundamentada está diretamente ligada à leitura de material bibliográfico. Cabe ao pesquisador, na definição do problema e principalmente na formulação das hipóteses realizar muita leitura a respeito do tema que se propõe investigar.

1.7 O objetivo geral, específicos e justificativa

A revisão bibliográfica é o ponto chave para a contextualização do tema proposto para o trabalho. É com suporte na revisão que o pesquisador fundamenta e reafirma suas ideias. A revisão auxilia não só na problematização, também na proposição de respostas (hipóteses) do estudo.

Com a delimitação das hipóteses, o pesquisador define e apresenta os objetivos. Semelhante à relação hipótese/problema, o objetivo deve estar ligado às hipóteses e ao problema do estudo. Ele atende à hipótese e responde à pergunta de pesquisa, de maneira geral. O problema questiona, a hipótese propõe uma resposta e os objetivos estabelecem os caminhos para alcançar a resposta.

No exemplo apresentado acima, a respeito da hipótese e do problema sobre a relação da diversificação com a renda, um objetivo geral coerente é: investigar as estratégias de diversificação e a composição familiar dos estabelecimentos agrícolas paranaenses no período de 2005 a 2015. O objetivo geral engloba, conforme exemplificado, os principais temas apresentados no problema e nas hipóteses, delimitando espaço/tempo da pesquisa.

A delimitação de espaço/tempo é fundamental em uma pesquisa, do contrário o estudo é vago. Afirmar ou estabelecer um objetivo do tipo: investigar as estratégias de diversificação e a composição familiar dos estabelecimentos agrícolas, é algo vago, pois surgem perguntas como: qual a região considerada pelo estudo? (Município, Estado, País, Mundo). Os dados referem-se a uma única safra agrícola ou a várias?

Ao definir a região, o pesquisador limita o trabalho e o contexto em que o insere. Ao determinar o tempo, deixa explícito o período e o método. Por exemplo, o período de 2005 a 2015 indica, ao leitor, que a base de dados é uma série temporal e que o estudo é quantitativo, com tratamento estatístico de dados (a classificação das pesquisas será tratada no capítulo III).

Delimitado o objetivo geral, o passo seguinte é situar as ações específicas ou objetivos específicos para então definir as ferramentas metodológicas. No exemplo apresentado acima, os objetivos específicos são: (1) mensurar o capital humano dos estabelecimentos agrícolas familiares; (2) verificar a quantidade de terra disponível para agricultura; (3) compor o nível de diversificação dos estabelecimentos agrícolas; (4) correlacionar a renda com a quantidade de terra e de capital humano, entre outros.

O exemplo deixa claro que o problema, a hipótese e o objetivo dizem respeito ao mesmo objeto do tema proposto, de modo que, respectivamente, o problema pergunta, a hipótese propõe uma resposta e o objetivo indica o caminho para encontrar a resposta. Este caminho demanda um próximo passo, a escolha da metodologia, a qual indica as ferramentas a serem utilizadas com vistas aos objetivos.

Antes de escolher a metodologia, é importante justificar o tema, ou o objeto de pesquisa, o pesquisador esclarece o sentido de realizar a investigação. Alicerçado na fundamentação teórica, aponta contribuições tanto no campo teórico como no campo social da investigação. Deste modo, uma justificativa argumenta, fundamentada e embasada em teorias a razão de se dedicar ao assunto.

1.8 A metodologia

Terminadas as primeiras etapas, o pesquisador se depara com o desafio de encontrar fatos que fundamentem, cientificamente, as afirmações da hipótese e conduzam a alcançar os objetivos. A hipótese faz uma afirmação a ser comprovada, indicando sua veracidade ou falseabilidade mediante fatos e argumentos cientificamente válidos. Não basta afirmar sobre determinado fato, é necessária a validação das afirmações, uma afirmativa não comprovada é apenas juízo de valor.

A validação de uma hipótese requer escolher ferramentas, chamadas metodologias. Na metodologia indica-se como realizar a pesquisa que pode ser bibliográfica, requerer trabalho de campo, ser de natureza qualitativa, quantitativa ou ambas. Neste livro, ao se indicar as principais características de uma pesquisa, apresenta-se um passo a passo a ser descrito na metodologia.

Uma vez escolhido e caracterizado o tipo de pesquisa, é necessário descrever a ferramenta adotada. Por exemplo, um estudo que informa, na metodologia, empregar o estudo bibliográfico demanda do pesquisador o conhecimento sobre o que é uma pesquisa bibliográfica. Ele usará autores da área para circunscrever e descrever como esta ferramenta (pesquisa bibliográfica) é aplicada no estudo. Tudo isso é feito em um espaço específico do projeto que é a metodologia.

Neste ponto a expectativa, como autor, é que você, leitor, já tenha compreendido a importância do correto balizamento do estudo e percebido a necessidade de definir, claramente, o problema, a hipótese e os objetivos, pois são eles o Norte a ser seguido. Esta delimitação demanda prática. Você, leitor, está convidado a elaborar um projeto de pesquisa.

A sugestão para este projeto de pesquisa é que sejam pensados possíveis problemas, hipóteses e objetivos alicerçado em muita leitura em torno de um tema instigante. Na elaboração do projeto presuma uma disciplina de metodologia científica e elaboração de TCC, com prazos para entrega das etapas.

Assim, a aplicação do conteúdo deste livro, em uma disciplina, requer, ao longo do ano ou do semestre, prazos a serem seguidos e cumpridos na entrega do projeto para que, ao final apresente-se, em um seminário de pesquisa, a ideia geral a ser trabalhada. As etapas metodológicas são apresentadas em capítulo específico (capítulo III). Com maior aprofundamento, como autor, organizei um segundo material publicado nesta mesma editora (Livro II – A Pesquisa Quantitativa e Qualitativa nas Ciências Sociais Aplicadas), o qual os convido também a conhecer. Neste segundo livro os assuntos avançam para além da delimitação geral da estrutura do projeto de pesquisa, investigando mais a fundo os métodos quantitativo e qualitativo nas pesquisas da área de sociais aplicadas.

1.9 O Referencial teórico

Os passos apresentados até o momento exigem um próximo item do projeto de pesquisa que é o referencial teórico. É importante destacar que a construção do referencial teórico não requer, necessariamente, a definição precisa dos objetivos. O ideal é que o referencial teórico seja feito antes mesmo da definição do problema e hipótese, mesmo que parte deste referencial seja alterado ou excluído após a delimitação final de objetivos, problema e hipóteses.

O pesquisador somente consegue uma boa delimitação de problema e uma hipótese robusta caso avance, em muito, na leitura sobre o tema escolhido. O referencial teórico apresenta e analisa a discussão do tema estabelecido no objeto do estudo, apoiado na literatura sobre o assunto.

Alguns temas são principais na delimitação deste objeto e, necessariamente, são expostos no referencial teórico. No presente caso, cita-se: agricultura familiar, diversificação, capital humano, superfície agrícola, composição da renda na agricultura.

O referencial teórico, portanto, traz estudos das diferentes linhas de pensamento sobre os assuntos que são o objeto da pesquisa. No caso do exemplo, um bom referencial retrata os posicionamentos teóricos sobre a agricultura familiar, avançando sobre a composição de renda, apontando a diversificação, como item, nesta composição e a influência do capital humano e da terra sobre a renda. O referencial aborda os termos-chave do estudo proposto.

Um dos grandes desafios do referencial teórico é a escolha de material, sendo esta escolha criteriosa, já que a validade da pesquisa depende disso. Escolher qualquer fonte de informação ou qualquer tipo de *site* pode ser um problema, pois nem sempre a informação ali disponível é uma informação verdadeira. A escolha do pesquisador há que priorizar livros publicados, artigos publicados em periódicos científicos (revistas científicas), visto que estes materiais, antes de serem publicados, passam por uma análise criteriosa de pareceristas.

RELEMBRANDO O OBJETIVO, PROBLEMA E HIPÓTESE APRESENTADO NAS SEÇÕES ANTERIORES:

Problema: Quais as principais dificuldades encontradas nos estabelecimentos familiares paranaenses para diversificar as fontes de renda?

Hipóteses: (1) O baixo capital humano dos estabelecimentos agrícolas influencia diretamente na diversificação das fontes de renda dos agricultores paranaenses; (2) A baixa superfície agrícola útil está diretamente relacionada à concentração de renda em uma única atividade agrícola.

Objetivo geral: investigar as estratégias de diversificação e a composição familiar dos estabelecimentos agrícolas paranaenses no período de 2005 a 2015.

Objetivos específicos: (1) mensurar o capital humano dos estabelecimentos agrícolas familiares; (2) verificar a quantidade de terra disponível para agricultura; (3) compor o nível de diversificação dos estabelecimentos agrícolas; (4) correlacionar a renda com a quantidade de terra e de capital humano.

Informações contidas em *sites* ou *blogs* com procedência duvidosa devem ser evitadas, exceto aqueles *sites* de renome ou relacionados a institutos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; ou o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES; ou o Banco Central do Brasil – BACEN, etc. O referencial é elaborado discorrendo sobre o tema, com base na visão dos autores. Ressalta-se que o referencial teórico não é cópia, mas a leitura atenta e a interpretação daquilo que o autor apresenta.

1.9.1 *As técnicas de leitura para elaboração do referencial*

As técnicas de leitura do material são diversas. Zanella (2009) orienta que antes de qualquer leitura o pesquisador delimita o estudo. Em um vasto universo de conhecimento científico determina em quais autores apoia e direciona seus esforços de leitura. Por exemplo, ao ler sobre agricultura familiar, o pesquisador encontra inúmeras correntes de pensamento e muito material produzido. Seleciona (geralmente com a ajuda do orientador) os materiais a estudar.

Zanella complementa serem diversas as categorias de textos: “**Informativo:** tem como objetivo veicular a informação. **Literário:** trata de expressão da arte. **Filosófico:** apresenta rigorosa reflexão sobre o significado das coisas e dos fatos” (2009, p. 28, grifos no original). E complementa sobre a existência dos textos científicos que, para o campo

de investigação das ciências sociais aplicadas e na produção de material científico são os mais adequados. O científico se constitui em linhas de pensamento construídos sempre por meio da pesquisa, da comprovação, fundamentação e argumentação exaustiva. Nos textos científicos o pesquisador preocupa-se com o rigor do método adotado.

Ainda em relação aos tipos de textos, Demo (2008) aponta a existência de outros formatos como: teórico, metodológico, empírico e prático, de modo que um material teórico centra seu foco em tratar de teorias e conceitos. Já um material metodológico apresenta a discussão de métodos e ferramentas de pesquisa, por exemplo, os livros e materiais utilizados para produção de artigos e livros ou propriamente este livro se enquadraria em um material metodológico. No empírico, segundo a visão de Demo (2008) são realizadas as discussões e análises de dados e, no prático, o autor aborda as práticas de um programa, política, etc. A aplicação do prático exemplifica-se com a interpretação de um texto sobre as práticas de gerenciamento de empresas.

Escolhido o tema e selecionado o material o pesquisador inicia a leitura de modo a organizar seus argumentos fundamentado em bases teóricas sólidas. Para isso usa algumas técnicas de leitura que auxiliam na tarefa de organizar as ideias, como a técnica de sublinhar, de esquematizar, de resumir e a da seleção de documentação do estudo.

A técnica de sublinhar implica em destacarmos no texto as ideias principais. É uma forma de estudo muito utilizada e muito recomendada pelos autores de Metodologia Científica [...]. Esquema é um registro dos principais pontos de um texto [...]. Resumir é colocar em poucas palavras o que o autor expressou em um texto mais longo. Para resumir você utiliza as mesmas técnicas de sublinhar e elaborar esquemas. O processo é o mesmo: ler inicialmente o texto, buscar compreensão das palavras desconhecidas e sublinhar as palavras-chave [...]. Com base nas palavras sublinhadas você elabora o resumo. [...] A documentação é mais um registro é uma técnica na arte de estudar e deve ser constante em sua vida acadêmica. É uma forma de registrar informações e/ou o conhecimento construído a partir da leitura dos textos (ZANELLA, 2009, págs. 36, 38, 39 e 41).

Independentemente das técnicas disponíveis o pesquisador opta por uma forma de leitura e síntese das ideias com que se sinta seguro, seja uma mescla das técnicas destacadas em Zanella (2009) ou a adoção de uma única forma. O registro da leitura é importante no sentido de auxiliar o pesquisador na construção do texto do seu projeto, trabalho, dissertação ou tese. É importante no momento de realizar a leitura, elaborar a referência bibliográfica do material no sentido de ter os registros prontos na formatação das referências bibliográficas.

1.9.2 A citação do material consultado

É comum, ao se elaborar trabalhos, consultar inúmeras fontes, fazer a leitura do trabalho e sintetizar as ideias no material final, mas esquecer-se de registrar a referência do

material. Ao fechar o trabalho muitas vezes o pesquisador esquece de onde retirou o texto utilizado, de modo que é obrigado a excluí-lo do trabalho visto que não consegue localizar a referência, perdendo muitas vezes uma informação importante, tempo e trabalho.

Entrando na questão de referenciar o material utilizado na fundamentação ou em todo o trabalho, o pesquisador deve ficar muito atento para não cometer crime, ao plagiar determinado texto. O pesquisador pode reproduzir fragmentos de uma fonte, desde que cite o autor. Para tanto existem três categorias de citações: citação de citação, citação indireta e citação direta, tanto citações com até três linhas como citações com mais de três linhas.

A NBR 10520, da ABNT (2002b, págs. 01 - 02) estabelece que uma citação é a “[...] menção de uma informação extraída de outra fonte”, pode ser apresentada no formato de citação de citação, que ocorre quando da impossibilidade do pesquisador acessar o material original citar de maneira direta ou indireta um texto que trate do material original.

As citações indiretas permitem ao pesquisador construir um texto parafraseando as ideias do autor. O formato de citação indireta é considerado por muitos autores como sendo preferível ao passo que exige a leitura, interpretação e construção de uma linha de pensamento a partir das teorias e ideias de outros autores.

Nas citações indiretas o pesquisador lê o material do autor, interpreta e reescreve, com suas palavras. Se necessário faz-se a releitura quantas vezes for preciso, mas, ao reescrever, o pesquisador cita o autor consultado. Por exemplo, segundo Ternoski (2013a) a renda da agricultura familiar pode ser proveniente tanto de origem agrícola como não agrícola. Observa-se, neste caso, que existe a citação indireta de autor e ano indicando que não houve uma cópia do texto, mas sim uma leitura e uma interpretação.

O formato da citação indireta pode ser Ternoski (2013a) quando usado no meio do parágrafo, como: “segundo Ternoski (2013a) as fontes de renda [...] não agrícola”, ou então a citação pode ser ao final do parágrafo, neste caso o sobrenome do autor é colocado em caixa alta entre parênteses, exemplo (TERNOSKI, 2013a). Ambas as formas são citações indiretas.

A ABNT (2002b), na NBR 10520 estabelece que uma citação direta faz a transcrição literal do texto consultado, pode ser apresentado no formato curto (até 3 linhas) ou longo (mais de três linhas). Citações diretas curtas com até três linhas indicam que parte do texto foi copiado literalmente, neste caso, o texto copiado é destacado entre aspas, complementado com o número da página de que é extraído o fragmento, de modo que a referência é no formato (AUTOR, ano e página).

Por exemplo, supondo que o pesquisador transcreva no seu trabalho parte do parágrafo anterior como uma citação direta curta, então o formato é: segundo Ternoski (2022, p. 29) “citações diretas curtas com até três linhas indicam que parte do texto foi copiado literalmente”. O leitor pode observar ser cópia literal de parte do texto do parágrafo

anterior, mas o mesmo fica destacado com aspas duplas, indicando que o fragmento em específico é uma transcrição. Caso o fragmento transcrito apresente algum termo destacado por aspas no texto original, estas aspas originais são substituídas por aspas simples, indicando o destaque do autor, e mantendo as aspas duplas para identificar o fragmento transcrito.

Em relação à citação do autor, podem ser usados os dois formatos, isto é, no meio do texto, ou ao final do texto, respeitando a informação AUTOR, ano e página. O número da página aparece neste formato de citação direta para indicar a página da qual foi retirado o fragmento transcrito. O formato de citação no meio do texto pode ser observado acima como sendo Ternoski (2022, p. 29), mas que pode ser citado, no final do parágrafo, como (TERNOSKI, 2022, p. 29).

A ABNT, NBR 10520 estabelece que “[...] as citações diretas, no texto, com mais de três linhas, devem ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com letra menor que a do texto utilizado e sem aspas” (2002b, p. 02). Esta categoria de citação consiste na transcrição literal de um texto com mais de 3 linhas. Por exemplo, se parte do parágrafo anterior for transcrito literalmente em mais de três linhas, o texto recebe a seguinte forma:

Em relação à citação do autor, podem ser usados os dois formatos, isto é, no meio do texto, ou ao final do texto, respeitando a informação AUTOR, ano e página. O número da página aparece neste formato de citação direta para indicar a página da qual foi retirado o fragmento transcrito (TERNOSKI, 2022, p. 30).

Observe-se que o parágrafo transcrito está com o recuo de 4 cm, em espaçamento simples e letra com tamanho menor. As aspas, neste caso, não são usadas dado que o próprio recuo já destaca do texto o fragmento transcrito, a citação de autoria aparece somente no final do fragmento entre parênteses no formato (AUTOR, ano, página, sendo o sobrenome do autor em caixa alta).

Outra ferramenta empregada nas citações diretas, conforme a ABNT (2002b), e prevista na NBR 10520 é a supressão, indicando a omissão de parte do texto sem perder o sentido. Usando o exemplo acima, de uma citação direta com mais de três linhas e a supressão expressa por [...] o texto tem o seguinte formato:

Em relação à citação do autor, podem ser usados os dois formatos, isto é, no meio do texto, ou ao final do texto, [...]. O número da página aparece neste formato de citação direta para indicar a página da qual foi retirado o fragmento transcrito (TERNOSKI, 2022, p. 30).

O uso da supressão – representado por [...] – indica que o fragmento “respeitando a informação AUTOR, ano e página” foi retirado do texto. Permite ao pesquisador selecionar informações mais relevantes e retirar informações de menor relevância ou desnecessárias,

que não comprometem o sentido do texto.

Citar corretamente uma informação é o primeiro passo para a construção de um texto científico. O pesquisador que se apropriar do todo ou de partes de um texto ou ideia de outro autor comete um crime e, no âmbito acadêmico, terá o título (graduação, especialização, mestrado ou doutorado) suspenso pela instituição.

É importante salientar que as ideias do texto foram elaboradas pelo autor. Portanto, o crédito é do autor da ideia! Se você copiar ou fizer referência às ideias do autor, em algum trabalho acadêmico, você deve citar a fonte. Reproduzir uma ideia sem citar a fonte é plágio! Se apropriar indevidamente da ideia de outra pessoa é plágio! E plágio pode constituir crime de violação de direitos autorais, além de ferir a ética acadêmica (ZANELLA, 2009, p. 32).

Qualquer fragmento apresentado pelo pesquisador como de sua propriedade, mas, que pertença a outro autor e esteja sem a devida citação da autoria e da fonte caracteriza-se como plágio, e plágio é crime. A matéria é tratada na Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

No âmbito acadêmico, frequentemente as universidades têm uma comissão de autenticidade, à qual todos os trabalhos de conclusão de curso são submetidos para verificação. O trabalho é analisado e retorna ao orientador com a sugestão de reprovação ou aprovação. Novamente vale reforçar que a observação das normas é fundamental para não incorrer em crime.

1.10 O Cronograma do Projeto

O projeto de pesquisa é um planejamento das ações a serem executadas pelo pesquisador. Gil aponta que “[...] como as pesquisas diferem muito entre si, não há como definir um roteiro rígido aplicável a todos os projetos” (2010, p. 169), indicando ainda que, apesar das especificidades das pesquisas, é possível propor um modelo geral que considere as questões principais de um projeto.

A estrutura deste livro considera vários itens para a elaboração do projeto, que delimitam e apresentam o tema, problema, hipótese, objetivos e justificativa, bem como, fundamentam a argumentação a partir de teorias no referencial teórico. Deste modo, após concluído o referencial o próximo passo é a apresentação do cronograma da pesquisa.

O cronograma é elaborado indicando as etapas de pesquisa e os meses/período de execução. O Quadro 1 apresenta um cronograma exemplo para uma pesquisa. Observe-se que cada etapa do projeto de pesquisa está determinada em alguns meses para a execução, desde a delimitação do tema a ser pesquisado, bem como a definição dos objetivos, justificativa, problema e hipótese.

ETAPAS/MESES	abr./22	mai./22	jun./22	jul./22	ago./22	set./22	out./22	nov./22
Definição do tema	X							
Elaboração do problema e hipótese		X	X					
Justificativa e objetivos			X	X				
Metodologia				X	X			
Referencial teórico	X	X	X	X	X	X	X	
Redação do trabalho final								X

Quadro 1 – Cronograma das fases da pesquisa

Fonte: Elaborado pelo autor

As fases da pesquisa e a quantidade de tempo no cronograma exposto no Quadro 1, são apenas exemplificativas. Cabe ao pesquisador definir cada uma das etapas. O referencial teórico ocupa, se necessário, todos os meses do trabalho, pois novos conceitos surgem na realização da investigação e demandam aprofundamento. Compete ao pesquisador estabelecer a dosagem de tempo para não incorrer em menor dedicação a alguma etapa da pesquisa e comprometer todo o trabalho.

Um item fundamental na elaboração de um projeto de pesquisa é entender que as proposições de problema, hipótese e objetivo não são imutáveis. À medida das leituras, o aprofundamento teórico introduz outras relações e, verificando-se a necessidade, há que fazer adequações. Mas, é necessário limites para estas alterações, sob pena de nunca chegar a um resultado. A pesquisa avança nas investigações teóricas e de campo, atingindo maiores resultados, mas, para isso, a leitura é a principal aliada.

Portanto, definir logo o foco é ganhar tempo para se dedicar à inquirição propriamente, pois, indecisões sobre o que procurar não conduzem a resultado. Finalizadas as etapas de planejamento do projeto o pesquisador relaciona todos os materiais usados como referências.

1.11 O referencial

As referências são normatizadas, segundo a ABNT (2002a) por meio da NBR 6023 e estabelecem o formato de apresentação. Inicialmente as referências são alinhadas à esquerda, em ordem alfabética, considerando o sobrenome do autor. Cada obra é inserida em espaço simples e separada da próxima por espaço duplo.

A ABNT (2002a) aponta que nas referências o uso de negrito, grifo ou itálico quando adotado para destacar o título deve ser uniforme em todas as referências. Sugere-se ao leitor a consulta da NBR 6023 permitindo verificar as normas para cada categoria de

material referenciado. Como exemplo, este livro apresenta alguns dos principais formatos, não descartando a necessidade da leitura da NBR 6023. Para a citação de livros o formato exigido é:

BAPTISTA, Makilim Nunes, e CAMPOS, Dinael Corrêa. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

A referência do livro inicia com o sobrenome do autor em caixa alta, seguido pelo nome. Caso existam dois ou mais autores identificam-se os demais. Para mais de três autores, usa-se apenas o primeiro autor seguido de *et al*. O formato da autoria pode tanto ser apresentado como BAPTISTA, Makilim Nunes, ou BAPTISTA, M. N.

Seguido ao autor, o título é redigido em negrito, itálico ou sublinhado (escolher uma forma e padronizar) e, em caso de subtítulo colocado na sequência do título, sem destaque. Logo após, são apresentadas informações como a edição, cidade da editora, editora e o ano de publicação do livro. Caso a citação seja de um capítulo de um livro em que determinado autor escreveu apenas uma parte da obra, a citação considera esta informação.

Supondo que na citação de livro, exemplificada acima, existisse um capítulo escrito por Simão Ternoski intitulado “O método quantitativo” e que, ao fazer o uso deste livro o pesquisador tivesse usado apenas este capítulo, a citação correta seria:

TERNOSKI, Simão. O método quantitativo. In: BAPTISTA, Makilim Nunes, e CAMPOS, Dinael Corrêa. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

A citação de artigos em periódicos científicos segue formato semelhante ao de livros, no entanto, o título do periódico é que recebe o destaque, complementado com informações de volume, número, páginas e ano de publicação do periódico.

TERNOSKI, Simão, e PERONDI, Miguel Ângelo. As estratégias de diversificação dos meios de vida e a formação da renda: uma análise empírica sobre os estabelecimentos agrícolas familiares cooperados da Cresol Prudentópolis. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo/RS. v. 20, n. 43, p. 283-312, jul./dez. 2014.

Para os casos em que o artigo do periódico científico, livro ou material está disponível também *online* usa-se o seguinte formato:

TERNOSKI, Simão, e PERONDI, Miguel Ângelo. As estratégias de diversificação dos meios de vida e a formação da renda: uma análise empírica sobre os estabelecimentos agrícolas familiares cooperados da Cresol Prudentópolis. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo/RS. v. 20, n. 43, p. 283-312, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rtree/article/viewFile/4594/pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

Detalhada a forma de citação sugere-se ao leitor uma consulta atenta a NBR 6023 no sentido de identificar o formato para referenciar outras categorias de materiais consultados, como leis, enciclopédias, materiais em jornais, documentos, normas, etc.

1.12 A formatação do projeto de pesquisa

Considerando a NBR 14724 da ABNT (2011) esta seção apresenta, de maneira resumida, a formatação do projeto de pesquisa. Parte da formatação já foi apresentada em subitens anteriores quando especificado a respeito da capa, sumário, introdução, etc. A página é formatada em A4 (21cm x 29,7cm) com texto impresso em cor preta. É possível usar outras cores para a impressão de gráficos e figuras. O tamanho da fonte é 12 em todo o texto, com exceção dos itens em que a NBR 14724 estabelece que são grafados em tamanho menor, como citações diretas longas, notas de rodapé, paginação, e as legendas de tabelas e ilustrações.

As margens consideradas são 3 cm para margens esquerda e superior e 2 cm para direita e inferior. Em relação ao espaçamento do texto é de 1,5. A exceção de espaçamento, onde deve ser considerado o espaçamento simples, se dá para as notas de rodapé, citações diretas com mais de três linhas, lista das referências bibliográficas (separadas por um espaço simples).

Cada capítulo ou seção, segundo a ABNT (2011), traz um título na parte superior, separado por um espaço de 1,5 entrelinhas. Os subtítulos são separados por um espaço de 1,5 tanto anterior como posterior ao subtítulo (ver Figura 9). A Figura 9 apresenta a formatação geral, é possível observar o posicionamento do título, subtítulos, e o recuo da primeira linha. As notas de rodapé, se inseridas, aparecem nas margens do texto separadas dele por um espaço e por um filete de 3cm.

A ABNT (2011) na NBR 14724 estabelece a numeração das páginas, iniciando a contagem a partir da folha de rosto, no entanto, a numeração somente aparece na primeira folha da parte textual (introdução). A posição do número em arábico fica a 2 cm da borda superior direita, inserido no canto superior direito da página.

No que se refere às siglas são colocadas, sempre, na forma completa quando apresentadas pela primeira vez no texto. Por exemplo, ao mencionar o IBGE em uma primeira vez no texto o autor grafava na forma completa como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), posteriormente em uma nova menção poderá usar somente a sigla IBGE.

Trabalhos de cunho quantitativo geralmente envolvem o uso de equações e fórmulas, a apresentação das fórmulas, conforme a ABNT (2011) seguem as mesmas normas estabelecidas pela NBR 14724, são inseridas em destaque no texto, numeradas, sequencialmente, e em algarismos arábicos entre parênteses, sendo:

$$R = \alpha + \beta p_t \quad (01)$$

ou

$$R(f) p_t \quad (02)$$

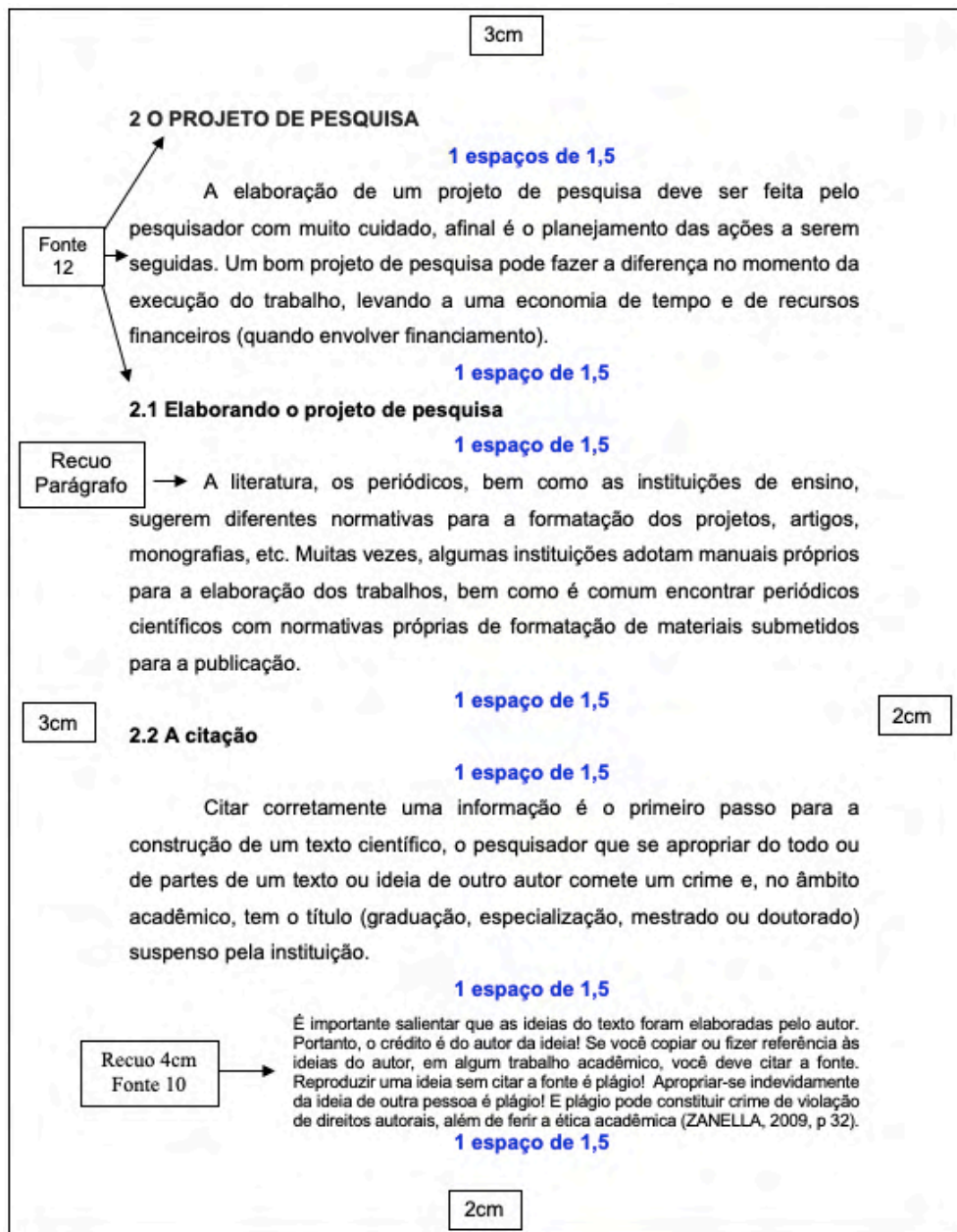


Figura 9 – Formatação do material

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da NBR 14724, ABNT (2011).

As ilustrações (inclui figura, mapa, imagem, fotografia, gráfico) aparecem no texto com identificação na parte superior e numeradas, sequencialmente, em algarismos arábicos, caso necessário, é redigida legenda explicativa.

Complementando o projeto de pesquisa é inserido um resumo do trabalho. O item é um dos elementos obrigatórios. O texto do resumo é uma sequência de raciocínio em relação ao tema proposto, apontando os pontos mais relevantes, em frases claras e completas.

Comumente, em trabalhos científicos da área de ciências sociais aplicadas, os resumos são escritos definindo o tema, uma rápida contextualização indicando o problema, as hipóteses e objetivos, posteriormente, determinando a metodologia e demonstrando os principais resultados (caso já se tenha resultados). É importante destacar, segundo a ABNT que a NBR 6828 determina que se deve “usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular”. Por exemplo, termos como: pesquisei, verifiquei, constatei, etc. devem ser substituídos por: pesquisou-se, verificou-se, constatou-se, etc. (2003c, p. 2).

A ABNT (2003c) na NBR 6028 sugere vários formatos de resumo como o crítico, redigido por especialistas e com análise. É, também, chamado resenha; resumo indicativo que aponta os pontos principais do texto, sem necessariamente apresentar dados; resumo informativo, com a finalidade de esclarecer sobre métodos e resultados. Dispensa a consulta ao original. Independentemente do tipo, o resumo expõe o objetivo, método e resultados do trabalho, não sendo redigido em tópicos, mas em texto único, deve evitar o uso de símbolos, fórmulas, equações, etc. e sua forma depende do formato de cada trabalho:

a) de 150 a 500 palavras os de trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e outros) e relatórios técnico-científicos; b) de 100 a 250 palavras os de artigos de periódicos; c) de 50 a 100 palavras os destinados a indicações breves. Os resumos críticos, por suas características especiais, não estão sujeitos a limite de palavra (ABNT 2003c, p. 2).

Seguindo o resumo, são colocadas as palavras-chave, escolhidas pelo pesquisador, que refletem, de maneira geral, o estudo proposto. O resumo em língua portuguesa, é seguido por sua versão em língua estrangeira. É outro elemento obrigatório, segundo a NBR 14724 (2011).

O resumo em língua estrangeira é tradução do texto na língua vernácula e colocado em folha diferente – separada – daquela em que está o resumo na língua de origem do trabalho. Ao resumo em língua estrangeira seguem as palavras-chave na língua em questão.

Ao final do trabalho são apresentadas as informações complementares em apêndices e anexos. A ABNT (2011) estabelece na NBR 14724 que são elementos opcionais, identificados pelo termo APÊNDICE e ANEXO, e identificados pela sequência de letras do alfabeto seguidas por travessão e pelo título.

Exemplo de Apêndice:

APÊNDICE A – Questionário aplicado aos associados da cooperativa de crédito X

APÊNDICE B – Detalhamento do cálculo do lucro da cooperativa de crédito

Exemplo de Anexo:

ANEXO A – Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998

ANEXO B – Demonstrativo da cooperativa X

A diferença entre apêndices e anexos, para Beuren (2004, p. 183) “[...] é que os anexos não são elaborados pelo autor, enquanto os apêndices são de sua autoria”.

1.13 Elementos do Projeto de Pesquisa

Ressaltando o exposto por Gil (2010) que afirma não existir um modelo rígido, abaixo é exposto um modelo geral adaptável às diferentes pesquisas. Dependendo da finalidade do projeto há algumas formatações específicas (por exemplo, fonte de financiamento ou programa de pós-graduação) em que são definidas normativas e estrutura própria. Elementos sugeridos para um projeto de pesquisa

- 1 – Capa
- 2 – Folha de Rosto
- 3 – Resumo e palavras-chave
- 4 – Abstract e Keywords
- 5 – Sumário
- 6 – Introdução
- 7 – Problema
- 8 – Hipóteses
- 9 – Objetivo geral e objetivos específicos
- 10 – Justificativa
- 11 – Metodologia
- 12 – Referencial teórico
- 13 – Cronograma
- 14 – Referências
- 15 – Anexos
- 16 – Apêndices

CAPÍTULO 3

CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS

A interdisciplinaridade dos cursos de pós-graduação abre um leque de linhas de investigação, definidas pelos diferentes objetivos dos cursos, e pela área de formação de cada um. Nesta perspectiva, é natural uma classificação da pesquisa, realizada pautada em vários critérios, alguns detalhados neste capítulo.

Classificar as pesquisas é proporcionar aos leitores uma ferramenta útil para seleção de determinado tema. Por exemplo, um estudioso que se interessa por assuntos relacionados à medicina, provavelmente, não tem interesse por assunto nas áreas de ciências exatas, exceto se o tema tenha afinidade com a medicina. Mas, como saber quais estudos tem ou não afinidade com as áreas interdisciplinares? Bom, é aí que surge a necessidade de classificar uma pesquisa.

A classificação é tanto sobre a área do conhecimento como também por característica, finalidade, objetivos, etc., critérios que instigam um leitor a selecionar o tema ou informar que o estudo não aborda determinada temática. Gil (2010) considera serem vários os critérios de classificação e é natural que as pesquisas difiram, demandando assim uma categorização no sentido até mesmo de facilitar as etapas de realização por parte do pesquisador.

1 | CLASSIFICAÇÃO CONFORME A ÁREA DO CONHECIMENTO

A área do conhecimento é um importante sistema para a classificação das pesquisas. Gil (2010) afirma que ela é importante, principalmente para quem submete um projeto a uma agência de fomento para pleitear um financiamento. Para a realidade acadêmica, teses, artigos, etc., é geralmente solicitada a informação sobre a área de classificação do material. Trabalhos com enfoque interdisciplinar ligam-se a mais de uma área do conhecimento.

A divisão, a seguir, atende a uma classificação nacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Segundo o CNPq (2017) a tabela de classificação agrupa as linhas de pesquisa em 8 grandes áreas do conhecimento 1. Ciências Exatas e da Terra; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências da Saúde; 5. Ciências Agrárias; 6. Ciências Sociais Aplicadas; 7. Ciências Humanas; e 8. Linguística, Letras e Artes.

São 8 as grandes áreas, que se ramificam em áreas e subáreas do conhecimento. Um exemplo, de classificação é o Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, listado na grande área 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas e na área 6.03.00.00-0 Economia. Acessando a Tabela de Áreas do Conhecimento disponível em CNPq (2017)

– *link* referências – o leitor constata que na área de economia, por exemplo, existem as subáreas e as linhas de pesquisa.

Supondo um trabalho fictício, criado a partir do problema e hipótese, apresentados no Capítulo II, no questionamento dos determinantes para a formação da renda dos estabelecimentos, este exemplo é classificado da seguinte forma: Grande Área 6.00.00.00-7 – Ciências Sociais Aplicadas; Área 6.03.00.00-0 Economia; Subárea 6.03.10.00-6 Economia Agrária e dos Recursos Naturais; Linha de Pesquisa 6.03.10.02-2 Economia dos Recursos Naturais. O Quadro 2 apresenta a classificação das áreas de conhecimento do CNPq para a área de Economia que se insere dentro da Grande Área de Ciências Sociais Aplicadas, para as demais áreas consultar o *link* em CNPq (2017) disponível no referencial teórico.

No Quadro 2 fica evidente a diversidade de linhas e áreas de pesquisa, mas aí surge uma dúvida, e se a pesquisa for interdisciplinar e envolver mais de uma linha de pesquisa, como classificar? Sempre há uma linha da qual as pesquisas mais se aproximam, como o caso exemplificado anteriormente. Numa situação hipotética exemplificada em que a pesquisa emprega uma análise em números sobre a população rural (para o exemplo do Capítulo II – hipótese e objetivos) então o pesquisador indica, como uma segunda linha, a 6.03.02.02-0 Estatística Socioeconômica, ou então qualquer outra linha de qualquer outra área que se aproxime do objeto de pesquisa.

Além da classificação do CNPq, algumas áreas de pesquisa, por exemplo a economia, tem um sistema de classificação específico, geralmente relacionado a periódicos científicos. Um exemplo é o sistema de classificação JEL. Conforme a American Economic Association, em seu site na internet, este sistema “[...] foi desenvolvido para uso no Journal of Economic Literature (JEL) e é um método padrão de classificação de literatura acadêmica no campo da economia.” (2017a, tradução nossa).

6.00.00.00-7	Ciências Sociais Aplicadas
6.03.00.00-0	Economia
6.03.01.00-7	Teoria Econômica
6.03.01.01-5	Economia Geral
6.03.01.02-3	Teoria Geral da Economia
6.03.01.03-1	História do Pensamento Econômico
6.03.01.04-0	História Econômica
6.03.01.05-8	Sistemas Econômicos
6.03.02.00-3	Métodos Quantitativos em Economia
6.03.02.01-1	Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos
6.03.02.02-0	Estatística Socioeconômica
6.03.02.03-8	Contabilidade Nacional
6.03.02.04-6	Economia Matemática

6.03.03.00-0	Economia Monetária e Fiscal
6.03.03.01-8	Teoria Monetária e Financeira
6.03.03.02-6	Instituições Monetárias e Financeiras do Brasil
6.03.03.03-4	Finanças Públicas Internas
6.03.03.04-2	Política Fiscal do Brasil
6.03.04.00-6	Crescimento, Flutuações e Planejamento Econômico
6.03.04.01-4	Crescimento e Desenvolvimento Econômico
6.03.04.02-2	Teoria e Política de Planejamento Econômico
6.03.04.03-0	Flutuações Cíclicas e Projeções Econômicas
6.03.04.04-9	Inflação
6.03.05.00-2	Economia Internacional
6.03.05.01-0	Teoria do Comércio Internacional
6.03.05.02-9	Relações do Comércio; Política Comercial; Integração Econômica
6.03.05.03-7	Balanço de Pagamentos; Finanças Internacionais
6.03.05.04-5	Investimentos Internacionais e Ajuda Externa
6.03.06.00-9	Economia dos Recursos Humanos
6.03.06.01-7	Treinamento e Alocação de Mão-de-Obra; oferta de mão de obra e Força de Trabalho
6.03.06.02-5	Mercado de Trabalho; Política do Governo
6.03.06.03-3	Sindicatos, Dissídios Coletivos, Relações de Emprego (Empregador/Empregado)
6.03.06.04-1	Capital Humano
6.03.06.05-0	Demografia Econômica
6.03.07.00-5	Economia Industrial
6.03.07.01-3	Organização Industrial e Estudos Industriais
6.03.07.02-1	Mudança Tecnológica
6.03.08.00-1	Economia do Bem-Estar Social
6.03.08.01-0	Economia dos Programas de Bem-Estar Social
6.03.08.02-8	Economia do Consumidor
6.03.09.00-8	Economia Regional e Urbana
6.03.09.01-6	Economia Regional
6.03.09.02-4	Economia Urbana
6.03.09.03-2	Renda e Tributação
6.03.10.00-6	Economias Agrária e dos Recursos Naturais
6.03.10.01-4	Economia Agrária
6.03.10.02-2	Economia dos Recursos Naturais

Quadro 2 – Grande Áreas de Sociais Aplicadas do CNPq

Fonte: CNPq (2017)

O JEL é solicitado na submissão de um trabalho acadêmico a uma revista na área de economia e serve, segundo a American Economic Association (2017a), para classificar tanto artigos, como as dissertações, livros e outros materiais publicados na área. Os códigos

de classificação constam no *link* disponível nas referências deste livro. (ver American Economic Association (2017b) – JEL Classification Codes Guide).

2 | A CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS SEGUNDO A FINALIDADE

Em um âmbito geral são inúmeras as maneiras de classificação das pesquisas, não sendo, aqui, objeto de análise exaustiva. Zanella (2009, p. 74) diz que “[...] a escolha de um tipo de pesquisa depende basicamente da dúvida a ser respondida, da natureza do objeto, do objetivo da pesquisa e da metodologia a ser utilizada.” Uma forma de classificar é quanto à finalidade, que Gil (2010) trata como pesquisa básica pura, básica estratégica, pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental.

Pesquisa básica pura. Pesquisas destinadas unicamente à ampliação do conhecimento, sem qualquer preocupação com seus benefícios. **Pesquisa básica estratégica.** Pesquisas voltadas à aquisição de novos conhecimentos direcionados a amplas áreas com vistas à solução de reconhecidos problemas práticos. **Pesquisa aplicada.** Pesquisas voltadas à aquisição de conhecimento com vistas à aplicação numa situação específica. **Desenvolvimento experimental.** Trabalho sistemático, que utiliza conhecimentos derivados da pesquisa ou experiência prática com vistas à produção de novos materiais, equipamentos, políticas e comportamentos, ou à instalação ou melhoria de novos sistemas e serviços (GIL, 2010, p. 27, grifos no original).

Zanella (2009) complementa que a pesquisa pura é motivada também pela curiosidade do pesquisador, bem como pelo prazer em realiza-la, objetivando descobrir e entender novos fenômenos. Basicamente visa a aplicação do conhecimento, sem se preocupar com a mensuração dos benefícios.

Já a pesquisa aplicada “[...] tem como motivação básica a solução de problemas concretos, práticos e operacionais.” Permite avançar na proposição de fatos novos, no planejamento de outras pesquisas, e enriquecimento teórico do conhecimento, classificada ainda, como empírica, quando demanda, do pesquisador, a ida a campo (ZANELLA, 2009, p. 72).

3 | A CLASSIFICAÇÃO A PARTIR DOS OBJETIVOS GERAIS DA PESQUISA

As pesquisas apresentam uma infinidade de tipos e objetivos, bem como refletem o nível de aprofundamento em que o pesquisador se encontra no momento em que a executa. Uma classificação geral feita por Gil (2010) estabelece, quanto aos objetivos, em pesquisas exploratórias, descritivas e explicativas.

A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas. Auxilia esclarecer sobre o campo ou temática escolhida pelo pesquisador, informando aquilo que já existe ou

que já é estudado, para a formulação dos campos de investigação.

De acordo com Gil (2010), o objetivo deste tipo de pesquisa é criar familiaridade em relação ao tema. Geralmente as pesquisas exploratórias envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. Os procedimentos de amostragem e técnicas quantitativas de coletas de dados são pouco aplicados e, em muitos casos ela é a primeira etapa de uma investigação.

A condução precária da fase exploratória, de acordo com Deslandes (1999) traz dificuldades na investigação do todo. Neste ponto a fase exploratória do projeto somente termina quando se define o objetivo da pesquisa e o conceitual teórico a ser empregado, os instrumentos de coleta de dados, o espaço, o grupo de pesquisa, a amostragem e as estratégias para entrada em campo.

A fase exploratória requer esforços, desde a pesquisa bibliográfica, em que os fichamentos são bons procedimentos, no sentido de estabelecer um diálogo entre a teoria e o objeto de investigação, e a visão ampla levantando o estado de conhecimento em relação ao tema. A fase exploratória é sem dúvida um dos momentos de grande relevância (DESLANDES, 1999).

Em relação à pesquisa descritiva, o objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou ainda o estabelecimento de relações de variáveis. Por meio deste tipo de pesquisa percebe-se que é necessário descrever a relação existente entre duas variáveis, esclarecendo as características principais do objeto de investigação.

Determinadas pesquisas descritivas podem ir além da simples relação e descrição das variáveis, visam uma explicação para o fenômeno, aproximando-se, assim, em muito da explicativa. Mas, também dependendo da delimitação, principalmente quando quer criar uma visão nova da problemática do estudo, aproximam-se das pesquisas exploratórias (GIL, 2010).

Na pesquisa explicativa ocorre a preocupação com os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofundando o conhecimento da realidade. Não ocorre uma explicação dos dados, mas dos fenômenos, do porquê determinadas coisas acontecem. Este tipo de pesquisa é muito empregado nas ciências naturais. Já nas humanas, é mais comum o método observacional, pois muitas vezes não é possível fazer um controle.

Gil (2010, p. 28) considera que “[...] estas pesquisas são as que mais se aprofundam no conhecimento da realidade.” Ela é responsável pela grande maioria do conhecimento científico. O autor explica que isso não desmerece a exploratória e a descritiva, visto que em muitos casos a própria pesquisa explicativa surge de pesquisas exploratórias e descritivas anteriores.

4 I CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO OS MÉTODOS

O método adotado norteia, de certa maneira, a qualidade dos resultados obtidos, pois permite, segundo Gil (2010), verificar como os dados são levantados. As pesquisas são listadas conforme o ambiente em que dados são coletados, de campo ou de laboratório, visto que, ao definir o ambiente de coleta, o pesquisador já tem uma dimensão dos métodos a empregar. Podem ser classificadas ainda quanto a forma de controle na coleta dos dados, identificando se as variáveis são experimentais, ou não experimentais. E, por fim, se classificam ainda em relação à natureza dos dados, quantitativa ou qualitativa.

Vale um maior aprofundamento sobre a característica qualitativa e quantitativa. Neste primeiro livro, é apresentada uma breve distinção entre a pesquisa qualitativa e quantitativa, destacando apenas as características gerais desta classificação. Já o segundo material publicado nesta mesma editora (Livro II – A Pesquisa Quantitativa e Qualitativa nas Ciências Sociais Aplicadas) o qual os convido também a conhecer, aprofunda o estudo de alguns métodos, de modo a discutir em capítulos próprios as ferramentas empregadas em cada um dos modelos.

Inicialmente, informa-se que os procedimentos qualitativos e quantitativos se complementam apesar de suas especificidades. De maneira nenhuma, devem ser adotadas posições extremistas, principalmente na tentativa de implantar uma dicotomia que separe o método quantitativo do qualitativo. Algumas investigações não podem ser analisadas apenas numericamente, bem como outras somente podem ser investigadas por números. Nesta junção é importante perceber e utilizar cada método nas questões peculiares do estudo, dado que, ao estruturar os objetivos, o pesquisador já inicia os primeiros passos para a definição dos métodos.

O método quantitativo caracteriza-se pela padronização de instrumentos para a coleta de dados. Exemplo: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ao coletar dados ao nível de Brasil, faz uma padronização para todo o país, com questionários idênticos para todas as realidades do território e levanta estatisticamente as condições sociais no país.

[...] a pesquisa quantitativa é aquela que se caracteriza pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados, e que tem como finalidade medir relações entre as variáveis. Preocupa-se, portanto, com representatividade numérica, isto é, com a medição objetiva e a quantificação dos resultados. (ZANELLA, 2009, p. 77).

A padronização dos instrumentos, no exemplo do IBGE, é feita então para todo o Brasil e não divide o Brasil em regiões para coletar dados a partir de instrumentos diferentes para cada região. Neste caso, o método adotado é o quantitativo, com a escolha de um método de coleta de dados padrão, de modo que os resultados sejam empregados para a elaboração de políticas públicas. A partir dos dados coletados é que os especialistas,

pesquisadores e alunos fazem as próprias análises, que podem ser quantitativas ou até mesmo qualitativas, quando interpretadas de diferentes maneiras pelos interessados.

Não se pode entrar na dicotomia entre quantitativa e qualitativa. O interessante, dependendo do objeto de estudo, é usar ambas. Mesmo um estudo quantitativo com a aplicação de questionários padronizados sobre um determinado tema é enriquecido com uma abordagem qualitativa da especificidade de uma região ou de um entrevistado, que não aparece nos dados quantitativos. Um estudo qualitativo expande-se com dados quantitativos sobre população, renda, etc. de institutos como o IBGE, INEP, IPARDES ou outros.

O método quantitativo utiliza-se de variáveis quantificáveis do conhecimento pré-existente, dado que não se pode desprezar uma pergunta ou um fator já conhecido. Pode haver estudos anteriores que já refutaram a questão. Um exemplo encontra-se nos próprios dados do IBGE, que refutou a questão a respeito do chefe da família, de modo que os dados já demonstram que na evolução social brasileira não se tem mais um padrão de chefe de família, como anteriormente, quando se centrava no patriarca. Não se pode desprezar este conhecimento pré-existente no momento de elaborar um problema de pesquisa.

Zanella (2009) informa que este método gera resultados estatísticos e sua propriedade principal é medir diversos tipos de variáveis. Para isso, são usadas variáveis que respondem à pergunta de pesquisa. Por exemplo, para a pergunta criada no Capítulo II as variáveis são obtidas tanto com pesquisas do IBGE quanto através de levantamento de determinada realidade, pelo pesquisador, no caso a renda *per capita*, a área de terra ou o nível de escolaridade.

O problema de pesquisa é indicado pelas variáveis que podem ser tanto qualitativas como quantitativas. A renda é uma variável quantitativa, já o acesso à educação ou a variável família são variáveis qualitativas, que mesmo sendo qualitativas por representar uma característica ou qualidade, como sexo, gênero, raça, etc. podem receber tratamento quantitativo através de variáveis binárias ou *dummy*¹.

Existem ainda as variáveis controladas e as variáveis não controladas. Como variáveis controladas estão experimentos agrônômicos de modo que é possível ao pesquisador em um experimento controlar o espaço entre plantas, adubação etc., e verificar os efeitos da aplicação de determinado composto químico. Por outro lado, existem as variáveis que não podem ser controladas como o clima, por exemplo.

Uma das vantagens do método quantitativo é que os resultados, caso sigam o rigor

¹ O livro II – A Pesquisa Quantitativa e Qualitativa nas Ciências Sociais Aplicadas, traz pormenores sobre as variáveis *dummy*, são esclarecidos os métodos e ferramentas quantitativas. Nesse material maior detalhamento é feito no que se refere ao processamento por meio de *softwares* estatísticos quantitativos das variáveis qualitativas com o uso das binárias ou *dummy*.

metodológico, podem ser generalizados, isto é, estatisticamente, a partir de uma amostra² representativa é possível retratar o todo. As críticas ao método são em função de restringir uma realidade a apenas um número. Neste ponto, o pesquisador sabe que a realidade social quantificável não se resume apenas números, mas entende que eles ajudam a desvendar os motivos ou causas de determinado problema, sendo necessário entender o significado dos números.

Métodos quantitativos demandam variáveis quantificáveis, com padronização e possibilidade de expandir para outras realidades – generalização. No que diz respeito ao método qualitativo Zanella (2009) destaca que este método não emprega o uso e a análise estatística dos dados.

Esse tipo de análise tem por base conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhe cientificidade [...]. Bogdan (*apud* TRIVIÑOS, 1987) indica cinco características do estudo qualitativo: a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; [...] a pesquisa qualitativa é descritiva; [...] os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo; [...] os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; [...] o significado é a preocupação essencial (ZANELLA, 2009, p. 75-76).

Para Deslandes em pesquisas qualitativas a fase exploratória antecede e sucede à construção do projeto. A elaboração do projeto é uma etapa da fase exploratória. A fase exploratória é importante e envolve várias etapas como “a) a escolha do tópico de investigação; b) a delimitação do problema; c) a delimitação do objeto e dos objetivos, d) a construção do marco teórico conceitual; e) a escolha dos instrumentos de coleta de dados; f) a exploração de campo.” (1999, p. 32).

O método qualitativo não permite ao pesquisador escolher uma região geográfica, dividir em sub-regiões e tentar controlar ou instalar câmeras para observar, dado que se trata de um ambiente natural, com sua especificidade, com sua realidade e sem intervenção. Com a entrada do pesquisador no local já ocorre uma interferência, pois ele passa a ser o principal instrumento, na pesquisa.

Qualitativamente, o pesquisador já é um instrumento quando se envolve com a entrevista, no modo como coloca as questões e interage com o entrevistado. Já no método quantitativo, os dados não sofrem interferência do pesquisador. A renda é ou não é aquele valor. O que pode ocorrer no método quantitativo é a omissão de dados por parte do pesquisado, quando informa os dados ao pesquisador.

Os dados são, predominantemente, descritivos. Ocorre maior preocupação com o processo, bem como com o significado que as pessoas dão às coisas e a sua vida que

² Os métodos e os tipos de amostragem são apresentados no livro II. Uma amostra deve ser representativa do todo, no sentido de que ao escolher uma parcela do todo seja possível ao pesquisador projetar o resultado para a totalidade. Amostras não representativas levam a erros de resultados, e não refletem a realidade do fato ou objeto pesquisado.

são foco de atenção especial do pesquisador. É identificar o significado ou a percepção de como as pessoas veem um fato, por exemplo, como as pessoas enxergam as políticas públicas. Cada indivíduo tem um posicionamento.

Demo afirma serem várias as metodologias consideradas qualitativas, como “[...] pesquisa participante, pesquisa-ação, história oral, observação de cariz etnometodológico, hermenêutica, fenomenologia, levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados, análise de grupo”, envolvendo assim uma abordagem ampla e “[...] buscam salvaguardar o que a metodologia dura joga fora.” (2008, p. 151-152).

Para entender as representações ou os significados de um fato não se pode abdicar do instrumento qualitativo, já que somente os instrumentos quantitativos não dão conta. A análise tende a seguir um processo indutivo, quando o pesquisador, ao ser o instrumento principal, direciona a pesquisa segundo seu ponto de vista. Então um mesmo objeto pode ter diferentes interpretações.

As críticas sobre este método estão no quesito interpretação do pesquisador, dado que ele pode cair no senso comum e no eufemismo, por exemplo, para mim, na minha percepção, etc. Ou ainda a crítica na ênfase da descrição dos fenômenos em detrimento da análise dos fatos, de modo que se apresenta muita descrição do objeto e pouca análise propriamente dos resultados. A análise não existe sem a descrição, no entanto, a ênfase tem que ser na análise e relacionada ao referencial teórico.

5 | AS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Este tópico é de grande valia para os pesquisadores. Definido o escopo e objeto do estudo o explorador escolhe algumas técnicas de coleta de dados que fundamentam e comprovam as hipóteses propostas. Portanto, o cuidado na coleta e tratamento dos dados exige especial atenção.

Inúmeras são as técnicas descritas pela literatura. Porém, a escolha de uma delas não exclui a possibilidade de adotar uma segunda ou terceira. O estudioso mescla várias técnicas para melhor levantamento e interpretação de dados. Beuren *et al* (2004) indicam que existem diferentes tipologias

Gil (2010) cita que os principais delineamentos para seguir são: pesquisa bibliográfica, descritiva, experimental, ensaio clínico, estudo caso-controle, estudo de coorte, levantamento de campo (*survey*), estudo de caso, estudo etnográfico, fenomenológico, teoria fundamentada nos dados (*grounded theory*), pesquisa-ação e participante. Outras tipologias são listadas, não é objetivo esgotar a descrição e o delineamento de todas, cabe ao leitor identificar e escolher as mais adequadas ao tema e, para isso, sugere-se a consulta aos referenciais deste livro.

5.1 A pesquisa bibliográfica

A principal propriedade da pesquisa bibliográfica, segundo Gil (2010) é o uso de materiais já publicados em livros, periódicos, revistas, trabalhos acadêmicos, entre outros. De maneira geral, quase todos os trabalhos produzidos no âmbito acadêmico usam este método ao realizar o levantamento bibliográfico do estudo, principalmente para fundamentar e definir hipótese, problema e objeto recorrem a algum material deste tipo. Segundo Cervo e Bervian “[...] a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas” (1983, p. 55), de modo que é aplicada como um complemento do trabalho ou propriamente constitui o trabalho no todo (estudos teóricos). De maneira geral, os autores pensam que este tipo de pesquisa é um dos primeiros passos dados em qualquer investigação científica.

O objeto escolhido define a proporção de material disponível sobre o assunto. Beuren *et al* (2004) pensam que, para situações muito específicas, está disponível uma quantidade limitada de material bibliográfico, mas também, para outros temas, a quantidade de material é grande, exigindo uma filtragem seletiva do que consultar.

A pesquisa bibliográfica tem suas vantagens e desvantagens. Gil (2010) aponta que as vantagens residem no fato de permitir conhecer informações difíceis, ou praticamente impossíveis, de serem levantadas por conta própria. Já a desvantagem em usar um material publicado é incorrer em erros de interpretação do outro autor, ampliando o erro. Este aspecto reforça aquilo já exposto neste livro, sobre a importância de seleção de fontes confiáveis.

5.2 A pesquisa documental

Há na pesquisa documental semelhança bastante grande com a pesquisa bibliográfica. Ambas, segundo Gil (2010), têm como base material já publicado, a diferença se dá na natureza deles. O ponto de destaque, nesta diferença é quanto ao objetivo da pesquisa. Enquanto a bibliográfica se constitui de material publicado, a documental utiliza outros documentos elaborados para as mais diferentes finalidades.

Beuren *et al* (2004) fundamentam com base em várias literaturas que este tipo de pesquisa seleciona materiais brutos que ainda não receberam tratamento analítico. “As fontes documentais clássicas são: os arquivos públicos e documentos oficiais, a imprensa e os arquivos privados (de igrejas, empresas, associações de classe, partidos políticos, sindicatos, associações científicas, etc.)” (GIL, 2010, p. 66).

A pesquisa documental usa documentos produzidos com a finalidade de registro. Cabe ao pesquisador a coleta e a interpretação destes registros, documentos de primeira mão ou de segunda mão. Os primeiros nunca receberam tratamento analítico, já os de segunda mão, receberam alguma interpretação ou análise.

Para Zanella estes dados são internos de uma organização, como “[...] os relatórios e manuais da organização, notas fiscais, relatórios de estoques, de usuários, relatório de entrada e saída de recursos financeiros, entre outros.” Há, ainda, os documentos criados com finalidade externa, como “[...] as publicações [censo demográfico, industrial] e resultados de pesquisas já desenvolvidas.” (2009, p. 84).

Dependendo do documento, o pesquisador define a abordagem e os métodos de análise, visto que Cervo e Bervian (1983) consideram que a simples coleta não constitui em pesquisa. Há que coletar e registrar os dados como uma das etapas. Posteriormente acontece a opção por uma metodologia de análise (qualitativa ou quantitativa) e o uso das ferramentas de análise e interpretação.

5.3 A pesquisa experimental

Este tipo de pesquisa permite, de acordo com Cervo e Bervian (1983), a manipulação direta das variáveis, no intuito de verificar as causas e os efeitos. Assim, é possível criar situações de controle que permitiram isolar o experimento de interferências de agentes externos.

Gil (2010) exemplifica que um experimento pode ser construído a partir do controle de cada elemento pesquisado. Demonstra a existência de elementos (A, B, C e D) de modo que cada elemento é isolado no sentido de identificar e anular a interferência, verificando o resultado.

Um exemplo simples é obtido em uma sala de aula. Supondo uma turma da disciplina de técnicas de pesquisa, onde o professor identifica um barulho, na sala, que atrapalha o bom andamento da disciplina e compromete o aprendizado de todos, mas que não consegue identificar o causador da desordem. Pode o pesquisador proceder a um experimento, retirando um aluno por vez, da sala, no sentido de isolar, em algum momento o causador da desordem.

Este procedimento hipotético de isolar o aluno permite exemplificar o formato da pesquisa experimental. É esta a característica principal deste tipo de pesquisa, que permite, segundo Beuren et al (2004) manipular as variáveis e produzir efeitos controlados, diferentes dos obtidos em situações normais. De acordo com Gil (2010) este tipo de pesquisa, não necessariamente precisa ser desenvolvido em laboratório.

5.4 As pesquisas de levantamento (survey)

Este formato de pesquisa permite o contato direto com o entrevistado. Zanella (2009) aponta que pesquisas deste tipo são os censos demográficos, as pesquisas de intenção de voto ou ainda pesquisas de mercado. A autora destaca ao envolver muitas pessoas o formato se torna de difícil realização, demandando, assim, levantamentos amostrais.

Gil (2010) complementa que devido às dificuldades materiais e à abrangência dos censos eles são realizados, principalmente, por governos ou por institutos com recursos financeiros e se constituem em materiais de grande valia. Já para os demais levantamentos são empregados os procedimentos estatísticos de amostragem, permitindo inquirir, parte da população, fatos e dados a serem generalizados ao todo.

As vantagens deste tipo de método estão no conhecimento da realidade livre de interpretação subjetiva do pesquisador, economia em relação ao volume de informações recolhidas e a característica da tabulação de dados que permite realizar inferências estatísticas. Dentre as desvantagens estão as mensurações em que o entrevistado omite ou informa de maneira incorreta os dados, não permite grande aprofundamento em relação a fenômenos sociais e ainda apresenta uma visão estática da sociedade naquele determinado momento (GIL, 2010).

5.5 O estudo de caso

O estudo de algo singular identifica este tipo de pesquisa, cujo objeto é uma unidade social que se analisa profundamente. A medicina é um bom exemplo de aplicação de estudos de caso, em que fatos específicos de patologias ou fraturas (um exemplo famoso de fratura de joelho de algum jogador de futebol) são analisados e passam a ser estudados.

Há casos médicos em que um paciente apresenta elementos específicos que oportunizam o aparecimento de determinada doença ou lesão e passam então a ser referência para estudos. São casos muito peculiares que merecem ser investigados com profundidade, que valem a pena ser estudados. Já os multicasos refletem diferentes realidades, permitindo realizar comparações.

Os estudos de caso proporcionam aprofundar o objeto de pesquisa, no entanto, limitam a amplitude a um ou poucos casos investigados. Zanella (2009) explica ainda que neste tipo de pesquisa o que se pretende é conhecer com maior profundidade determinadas relações tanto de um indivíduo, uma organização ou grupo.

Cervo e Bervian (1983, p. 57) a identificam como “[...] a pesquisa sobre um determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade para examinar aspectos variados de sua vida.” Já Gil (2010, p. 37) considera um “[...] estudo profundo e exaustivo [...] tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos”, delineamentos apresentados e discutidos nos tópicos anteriores.

Gil (2010) comenta que esta modalidade é empregada nas várias áreas do conhecimento, mas ressalta que, nas ciências sociais, ainda existe certo receio em decorrência da falta de procedimentos metodológicos rígidos. Neste sentido, o autor sugere que, quando da adoção deste método, o pesquisador redobre os cuidados para não incorrer, ou ao menos minimizar efeitos de vieses.

A aplicação é feita, de acordo com Zanella (2009), quando o pesquisador procura respostas do tipo: como, e porquê? Gil (2010) aponta que não se fazem generalizações dos resultados, mas que um bom estudo de caso é uma tarefa difícil e, muitas vezes, a inexperiência de um pesquisador aliada às facilidades metodológicas levam à aplicação de estudos de caso em situações não recomendadas, decorrendo informações que de nada servem.

5.6 A pesquisa-ação

A pesquisa-ação, de acordo com Gil (2010) tem como foco o levantamento de uma situação muito específica ao realizar um diagnóstico peculiar sobre determinado objeto. Foge dos modelos tradicionais por não se pautar na preocupação de generalização dos resultados. Nas palavras de Vergana (2010) visa a resolução de problemas a partir das delimitações feitas pelo próprio pesquisador.

[...] é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação do problema estão envolvidos do modo cooperativo e participativo (THIOLLENT, 1988, p. 14).

Vergana (2010) diz que, muitas vezes, este tipo de pesquisa confunde-se com uma consultoria. No entanto, suas características são a de instigar o sujeito a identificar, durante o processo, os principais problemas, permitindo e estimulando a aprendizagem. Neste tipo de pesquisa a autora ressalta que o problema não é definido *a priori*, mas elaborado após a coleta de dados para o diagnóstico.

Um exemplo de aplicação desta metodologia é uma nova política pública ou programa que, por uma tipologia peculiar, é implantado, e, em simultâneo, são realizados levantamentos para compor o diagnóstico. Isso decorre do fato de um objeto não existir ou estar sendo implantado naquele momento, de modo que, ao mesmo tempo, ocorre a pesquisa, isso identifica a pesquisa-ação.

5.7 A pesquisa etnográfica

Descreve um sistema de significados culturais de um determinado grupo, apresentando o traço de longos períodos, do pesquisador, em campo. Neste caso ele se muda para o local do estudo, por exemplo, em caso de pesquisas em comunidades ou aldeias indígenas e passa a conviver nesses espaços, observando a cultura do povo local.

A inserção do pesquisador junto ao objeto de pesquisa permite, segundo Vergana (2010) maior compreensão das relações existentes naquele espaço, identificando valores e aspectos do grupo. Com esta inserção, consegue identificar comportamentos que de outro

modo não seriam percebidos.

Gil (2010) complementa que este tipo permite observar o comportamento das pessoas nos próprios espaços, utiliza-se de entrevistas e das técnicas de observação. Aplica-se não só em grandes unidades ou comunidades, mas pode ser utilizado em escolas, empresas, clubes, etc.

5.8 Para além dos métodos deste livro

O universo de métodos possíveis foge ao escopo deste livro. Entretanto, demanda do pesquisador aprofundar as leituras no intuito de conhecer outros métodos, como a pesquisa participante, que Gil (2010) aponta como um formato em que a população envolvida auxilia na identificação dos problemas e propõe soluções.

Ou ainda a técnica da teoria fundamentada nos dados (*grounded theory*) que permite, com apoio de grandes teorias, que o pesquisador colete dados que se encaixem nas afirmações delas. Necessariamente não busca uma comprovação, mas entender determinada situação. Há, ainda, a fenomenológica que permite interpretar e descrever experiências vividas pela consciência. (GIL, 2010).

Neste universo de possibilidades cabe ao pesquisador aprofundar sua compreensão a respeito das técnicas e ferramentas disponíveis, usando aquela que mais se aproxima de seu objeto. Leituras, troca de experiências e orientações são formas que auxiliam o pesquisador a entender as possibilidades a serem exploradas.

6 | A COLETA DE DADOS

As pesquisas que levantam dados sobre determinada relação usam de algumas técnicas que permitem esta ação. Inicialmente, vale uma distinção das fontes que, para Bêrni *et al* (2002) se distinguem em fontes primárias, aquelas em que os dados são obtidos diretamente pelo pesquisador e fontes secundárias, em que os dados são obtidos de outra fonte, seja um instituto de pesquisa ou relatórios gerenciais de organizações.

Bêrni *et al* (2002) afirmam que, quando os dados são primários cabe ao pesquisador selecionar uma ferramenta de coleta, geralmente empregando um questionário ou então as entrevistas. Na aplicação de questionários, muitas são as formas, já que o questionário consiste no preenchimento, pelo próprio pesquisado, tanto na presença do pesquisador como para entrega posterior, pesquisas por telefone, correio ou, então, mais recentemente questionários eletrônicos enviados por *e-mail* ou de preenchimento *on-line*.

Um questionário, na visão de Beuren *et al* (2004, p. 130) é “[...] um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas.” Complementa ainda que as perguntas devem ser claras e sua extensão

limitada abordando questões fundamentais.

Na elaboração do questionário, ou propriamente na sua escolha, o pesquisador segue por caminhos diversos, usando algum instrumento de pesquisa já validado ou aplicado por outros pesquisadores, ou institutos, ou criando o próprio questionário. Quando a decisão for elaborar um questionário próprio, há que atender ao objeto, dado que os dados obtidos respondem à hipótese proposta e levam a alcançar os objetivos.

Cervo e Bervian (1983) destacam o cunho impessoal quando da elaboração e aplicação do questionário. Cabe ao entrevistador respeitar a uniformidade no procedimento de aplicação, de modo que todos os entrevistados recebam as mesmas informações. Um aspecto do questionário é permitir o anonimato, criando no entrevistado a confiança para informar os dados solicitados.

Na formulação do questionário o pesquisador opta por questões abertas ou fechadas. Para Beuren *et al* (2004) nas questões abertas o respondente encontra a flexibilidade para a resposta emitindo, pelo uso da própria linguagem, sua opinião. Em relação às questões fechadas são criadas pelo pesquisador alternativas nas quais o entrevistado assinala aquela que mais se aproxima com o seu ponto de vista.

Já as entrevistas se constituem, segundo Beuren *et al* (2004), em uma forma de obtenção de informações em que o pesquisador se apresenta a determinada população e formula os questionamentos. Cervo e Bervian (1983, p. 157) ressaltam que este formato não se constitui em uma simples conversa, porque é uma “[...]conversa orientada para um objetivo definido.”

Os formatos de entrevistas são, basicamente, três: a entrevista estruturada, a semiestruturada e a não estruturada. Bêrni *et al* (2002) ensinam que as entrevistas estruturadas trazem perguntas idênticas e na mesma sequência para cada entrevistado, sem alterar o sentido e as palavras.

Em relação às entrevistas semiestruturadas, Beuren *et al* (2004) demonstram que este formato permite a interação com a realidade dos informantes, parte de questões básicas fundamentadas na teoria e no objeto da pesquisa, mas, no transcorrer da pesquisa, são formuladas novas questões que surgem a partir de hipóteses durante a entrevista.

Por fim, as entrevistas não estruturadas permitem que o entrevistado discorra sobre algum assunto previamente proposto pelo pesquisador. Bêrni *et al* (2002) recomendam ao pesquisador direcionar e encorajar o entrevistado a emitir sua opinião para aquilo que deseja investigar.

CONSIDERAÇÕES DO AUTOR

Ao chegar ao final deste breve livro o desejo como autor é que todos tenham despertado o interesse pelo fascinante mundo da pesquisa, terminar a leitura deste material não significa que o trabalho acabou, muito pelo contrário, é a partir do final deste livro que o verdadeiro trabalho de construção do seu projeto de pesquisa se inicia.

Todos são convidados a esboçar seus projetos de pesquisa, no sentido de criar maior familiaridade com os conteúdos aqui apresentados, já que o conhecimento se concretiza a partir da vivência prática. E nada melhor que a pesquisa e propriamente a elaboração dos projetos de pesquisa para iniciar a concretização do conhecimento.

O projeto é apenas uma etapa inicial da pesquisa, muitas outras virão, como a aplicação do próprio projeto, os levantamentos de dados, as pesquisas teóricas, para que ao final se construa a monografia, artigo, dissertação ou tese. O trabalho então está só no início e o anseio é de sucesso a todos no caminho da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMADEU, Maria Simone Utida, *et al.* **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. Curitiba: UFPR, 2017.

AMERICAN ECONOMIC ASSOCIATION. **JEL Classification System / EconLit Subject Descriptors**. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/econlit/jelCodes.php>. Acesso em: 02 fev. 2017a.

_____. **JEL Classification Codes Guide**. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/jel/guide/jel.php>. Acesso em: 02 de fev. 2017b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002a.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002b.

_____. **NBR 6024**: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito - apresentação. Rio de Janeiro, 2003a.

_____. **NBR 6027**: informação e documentação – sumário - apresentação. Rio de Janeiro, 2003b.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação – resumo - apresentação. Rio de Janeiro, 2003c.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BÊRNI, Duilio de Avila *et al.* **Técnicas de pesquisa em economia**: transformando curiosidade em conhecimento. São Paulo: Saraiva, 2002.

BEUREN, Ilse Maria (org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004

BOCCHI, João Ildebrando (org.) **Monografia para economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO CNPq – **Tabela de áreas do conhecimento**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>. Acesso em: 02 de fev. 2017.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Metodologia do conhecimento científico**. 1. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2010.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. 2. ed. Brasília: UNB, 1998.

DESLANDES, Suely Ferreira. A construção do projeto de pesquisa. In MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social – teoria, método e criatividade**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. P. 31-50.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORIN, Edgar. **O método 3: a consciência da consciência**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1999.

_____. **Ciência com consciência**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010

POPPER, Karl. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix, 2007.

RAYNAUT, Claude e ZANONI, Magda. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior. In: PHILIPPI, Arlindo Jr. e SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**, Tamboré: Manole, 2011. p. 143-208.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. revista e ampliada, 14. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2012.

TERNOSKI, Simão. **Estratégias de melhoria da renda da agricultura familiar: análise a partir da base social da CRESOL/Prudentópolis**. 2013a.183f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Pato Branco, 2013(a).

_____. Concepções de desenvolvimento à luz do conhecimento científico. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v. 13, n. 25, p. 157 a 174, 2º sem. 2013(b). Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/9234/7651>. Acesso em: 24 abr. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

VERGANA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Brasília: CAPES UAB, 2009.

SOBRE O AUTOR

SIMÃO TERNOSKI - Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Especialista em MBA - Comércio Internacional, Faculdade de Tecnologia Internacional (FATEC) e Especialista Formação de Docentes e de Orientadores Acadêmicos (UNINTER). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Professor Assistente A da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO - Departamento de Ciências Econômicas. Delegado do Conselho Regional de Economia - Região Guarapuava. Parecerista Ad Hoc - Revista Capital Científico – Eletrônica (RCCe) ISSN: 2177-4153 e Revista Agenda Política, ISSN: 2318-8499. Temas de Pesquisa: Aplicações de Métodos e Modelos Matemáticos, Econométricos e Estatísticos em estudos e análises na Economia Agrária, e Agricultura Familiar.

Atena
Editora
Ano 2022



Elaboração de Projetos de Pesquisa nas


CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS


Simão Ternoski




Elaboração de Projetos de Pesquisa nas

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 